



Desafios além fronteiras...

A América parlamentar atuante !



Plano do presidente

Confederação parlamentar das Americas
2010-2012



Mensagem do presidente

É com bastante orgulho que lhes proponho esse documento contendo a descrição dos principais eixos que desejo que, nós parlamentares da COPA, possamos atuar durante meu mandato.

Minha participação ativa nos trabalhos da nossa organização nesses últimos anos, assim como os intercâmbios construtivos que mantive com vários parlamentares de diferentes regiões das Américas levaram-me a refletir sobre os grandes desafios que nossas populações, nossos Estados e nosso continente enfrentam. Conclui que, muito além da grande diversidade existente em nossas sociedades, nossos pontos de interesse convergem-se e nossas pistas de soluções só têm a ganhar quando compartilhadas.

Dentre as várias problemáticas existentes nas Américas, sugiro que dediquemos atenção a quatro aspectos fundamentais que exigem muita dedicação. Quatro problemáticas sociais que interpelam qualquer parlamentar preocupado com o bem-estar da população por eles representada. Essas quatro problemáticas, tanto regionais quanto universais, evocam a colaboração e a cooperação em nossa região; pois quando se tratar de enfrentar desafios além-fronteiras, a América parlamentar une-se e engaja-se.

Evidentemente, muitos outros temas são fontes de preocupação para os parlamentares das Américas. Os temas que lhes apresento nas páginas a seguir são um ponto de partida de coligação para tratarmos de diversas questões a cerca das quais nossas sociedades são levadas encontrar soluções.

Já que realmente desejamos que a COPA continue sendo esse fórum em que todos os parlamentares das Américas troquem idéias, discutam dos grandes desafios a serem enfrentados e atuem de maneira conciliada, não poupamos esforços para elaborar um documento cujo objetivo é dar-lhes informações e referências para fomentar nossos futuros trabalhos.

Espero que a leitura desse plano de trabalho convença-os de participar da realização desse plano para que, assim, possamos, todos juntos, preparar um futuro melhor para as populações de nossos respectivos Estados.

JACQUES CHAGNON

Vice-Presidente da Assembléia Nacional de Quebec

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	7
1.1 Objetivos	7
1.2 Enunciado da problemática.....	7
1.3 Principais implicações	9
1.3.1 Implicação sistêmica e organizacional.....	9
1.3.1.1 Acesso a atendimento	9
1.3.2 Implicações socioeconômicas.....	10
1.3.2.1 Fatores sociais determinantes da saúde.....	10
1.4 Eixos de intervenção e pistas de ação para os parlamentares.....	13
1.4.1 Âmbito de ação legislativa	13
1.4.2 Âmbito de controle do governo	13
1.4.3 Âmbito da representação da população e da consideração de questões de interesse público	14
2. AUMENTO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE NÍVEL SECUNDÁRIO (11 ANOS DE ESTUDO) DE PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE	15
2.1 Objetivo	15
2.2 Enunciado da problemática.....	15
2.3 Principais implicações	18
2.3.1 Problemáticas sistêmicas e organizacionais.....	18
2.3.1.1 Perseverança nos estudos	18
2.3.1.2 Formação de docentes	18
2.3.1.3 Investimento público em educação.....	19
2.3.2 Problemáticas socioeconômicas.....	20
2.3.2.1 Jovens em meios desfavorecidos.....	20
2.3.2.2 Regiões rurais	21
2.3.2.3 Populações afrodescendentes e indígenas.....	21
2.3.2.4 Clima educativo nos lares	22
2.4 Eixos de intervenção e pistas de ação para os parlamentares.....	22
2.4.1 Âmbito de ação legislativa	23
2.4.2 Âmbito de controle do governo	23
2.4.3 Âmbito da representação da população e da consideração das questões de interesse público.....	23

3. ELIMINAÇÃO DA DISCREPÂNCIA SALARIAL ENTRE GÊNEROS.....	25
3.1 Objetivo	25
3.2 Enunciado da problemática	25
3.3 Principais problemáticas.....	28
3.3.1 Problemáticas sistêmicas e organizacionais	28
3.3.1.1 Limites impostos aos sindicatos.....	28
3.3.1.2 Participação das mulheres na economia informal e na distribuição de empregos	29
3.3.1.3 Sistema de economia mundial.....	29
3.3.2 Problemáticas socioeconômicas.....	31
3.3.2.1 Preconceitos.....	31
3.3.2.2 Conciliação trabalho-família	31
3.4 Eixos de intervenção e pistas de ação para os parlamentares	31
3.4.1 Âmbito de ação legislativa	32
3.4.2 Âmbito de controle do governo.....	33
3.4.3 Âmbito da representação da população e da consideração das questões de interesse público	33
4. PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	35
4.1 Objetivos.....	35
4.2 Enunciado da problemática	35
4.3 Principais implicações.....	38
4.3.1 Problemáticas sistêmicas e organizacionais	38
4.3.1.1 Bacias transfronteiriças.....	38
4.3.1.2 Necessidades agrícolas, industriais e domésticas.....	38
4.3.1.3 Infraestruturas	39
4.3.1.4 Gestão conciliada	39
4.3.2 Problemáticas ambientais.....	40
4.3.2.1 Mudanças climáticas.....	40
4.3.2.2 Poluição.....	41
4.4 Eixos de intervenção e pistas de ação para os parlamentares	41
4.4.1 Âmbito de ação legislativa	41
4.4.2 Âmbito do controle do governo	42
4.4.3 Âmbito da representação da população e da consideração das questões de interesse público	42
CONCLUSÃO.....	43

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1: Desempenho da taxa de mortalidade infantil de crianças menores de cinco (5) anos de idade nos Estados da América Latina	8
Quadro 2: Fatores sociais determinantes da saúde.....	11
Quadro 3: Nível de instrução das mães e taxa de mortalidade infantil.....	12
Quadro 4: Nível de instrução dos Estados membros e membros parceiros da OCDE.....	17
Quadro 5: Taxa de docentes do secundário (11 anos de estudo) com formação (%)	19
Quadro 6: Investimento público em educação (% do PIB)	20
Quadro 7: Taxas expressivas de escolarização secundária (11 anos de estudo) em zonas urbanas e rurais (dados compilados em 2008)	21
Quadro 8: Discrepâncias salariais entre gêneros.....	26
Quadro 9: Evolução de acesso sustentável à água saneada na América Latina e no Caribe	36

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade por 1000 nascidos vivos	45
ANEXO 2: Evolução da taxa de escolarização de pessoas de 25 anos de idade com pelo menos nível secundário (11 anos de estudo) em certos países da América Latina.....	46
ANEXO 3: Investimento público em educação.....	48
ANEXO 4: Discrepância salarial das mulheres de zonas urbanas com 20 a 49 anos de idade, com carga horária de trabalho mínima de 35 horas por semana, comparada à dos homens.....	49
ANEXO 5: Evolução de acesso sustentável à água saneada nas Américas por país (%).....	50
ANEXO 6: Recursos hídricos disponíveis por país e seus respectivos níveis de captação	51
ANEXO 7: Utilização da água doce nas Américas.....	52

ALGUMAS REFERÊNCIAS SOBRE:

MORTALIDADE INFANTIL	53
EDUCAÇÃO.....	54
DISCREPÂNCIAS SALARIAIS ENTRE GÊNEROS	55
PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	56

INTRODUÇÃO

Os parlamentares das Américas defendem diante dos governos os interesses das populações por eles representadas. Sendo assim, já há quase quinze anos, os parlamentares beneficiam-se de uma plataforma para troca de informações, compartilhamento de idéias e experiências, estabelecimento de consensos e comprometimento vinculado a várias temáticas envolvendo desenvolvimento social, economia e cultura do continente. Esse fórum privilegiado, que é a Confederação Parlamentar das Américas (COPA), possibilita que os parlamentares oriundos de regiões, culturas e afiliações políticas distintas tenham, num esforço coletivo, uma percepção dos desafios presentes e futuros para, então, poder melhor enfrentá-los.

Já que a magnitude e as consequências desses desafios transcendem as fronteiras, quatro grandes temas são propostos aos parlamentares a fim de nortear os trabalhos da COPA para o período 2010-2012:

- Combate à mortalidade infantil;
- Aumento da taxa de escolarização de nível secundário (11 anos de estudo) de pessoas de 25 anos ou mais de idade;
- Eliminação da disparidade salarial entre gêneros;
- Proteção dos recursos hídricos.

Para cada um desses quatro temas apresentados nesse documento, tem-se, aqui, definidos os objetivos, identificadas as importantes problemáticas e propostas as pistas de soluções. Os parlamentares estão convidados a enriquecer essa análise e essas pistas de ação fundamentados em seus próprios conhecimentos e suas próprias experiências nas áreas desses temas. Temas esses que se encontram também entrelaçados, pois a conquista de um objetivo muito provavelmente influencia positivamente o alcance dos demais objetivos sugeridos. A contribuição de todos possibilitará um maior aprimoramento da presente reflexão e uma melhor definição das ações da COPA para os anos vindouros.

O presente documento sugere informações e ferramentas referentes aos temas explorados para apoiar as ações dos parlamentares em suas respectivas sociedades. Os parlamentares podem, desde então, consolidar a eficácia de suas intervenções para o bem-estar de seus co-cidadãos, os atores estratégicos do desenvolvimento de cunho humano.

Segue uma visão geral dos quatro temas.

O **combate à mortalidade infantil** envolve o que nossas sociedades têm de mais precioso, ou seja, as crianças. Ainda nos dias de hoje, um elevadíssimo número dentre elas não chega a completar cinco anos de idade. No marco dos trabalhos da COPA, propõe-se combater a mortalidade infantil, dedicando-se às principais problemáticas vinculadas a tal realidade, como, educação, pobreza e acesso ao atendimento de saúde perinatais e pós-natais, elaborando-se pistas de ação a serem implantadas. Esse é um tema aglutinador que deve resultar num amplo acompanhamento feito pelos parlamentares realmente interessados no bem-estar das crianças do continente.

O segundo tema, **aumento da taxa de escolarização de nível secundário (11 anos de estudo) de pessoas de 25 anos ou mais de idade**, constitui uma problemática significativa não apenas para a juventude, como também para a economia, a cultura e o desenvolvimento da sociedade. Nos quatro cantos das Américas, o nível de instrução das coletividades é um assunto de suma importância. Um elevado número de estudantes abandona seus estudos antes mesmo da obtenção do diploma de estudos secundários (11 anos de estudo). Os parlamentares estão levados a se questionar sobre as realidades sistêmicas e organizacionais, assim como fatores sociais e econômicos que influenciam o índice de titulares de diploma de nível secundário (11 anos de estudo). Como consequência dessa reflexão, os parlamentares da COPA serão os primeiros a propor soluções

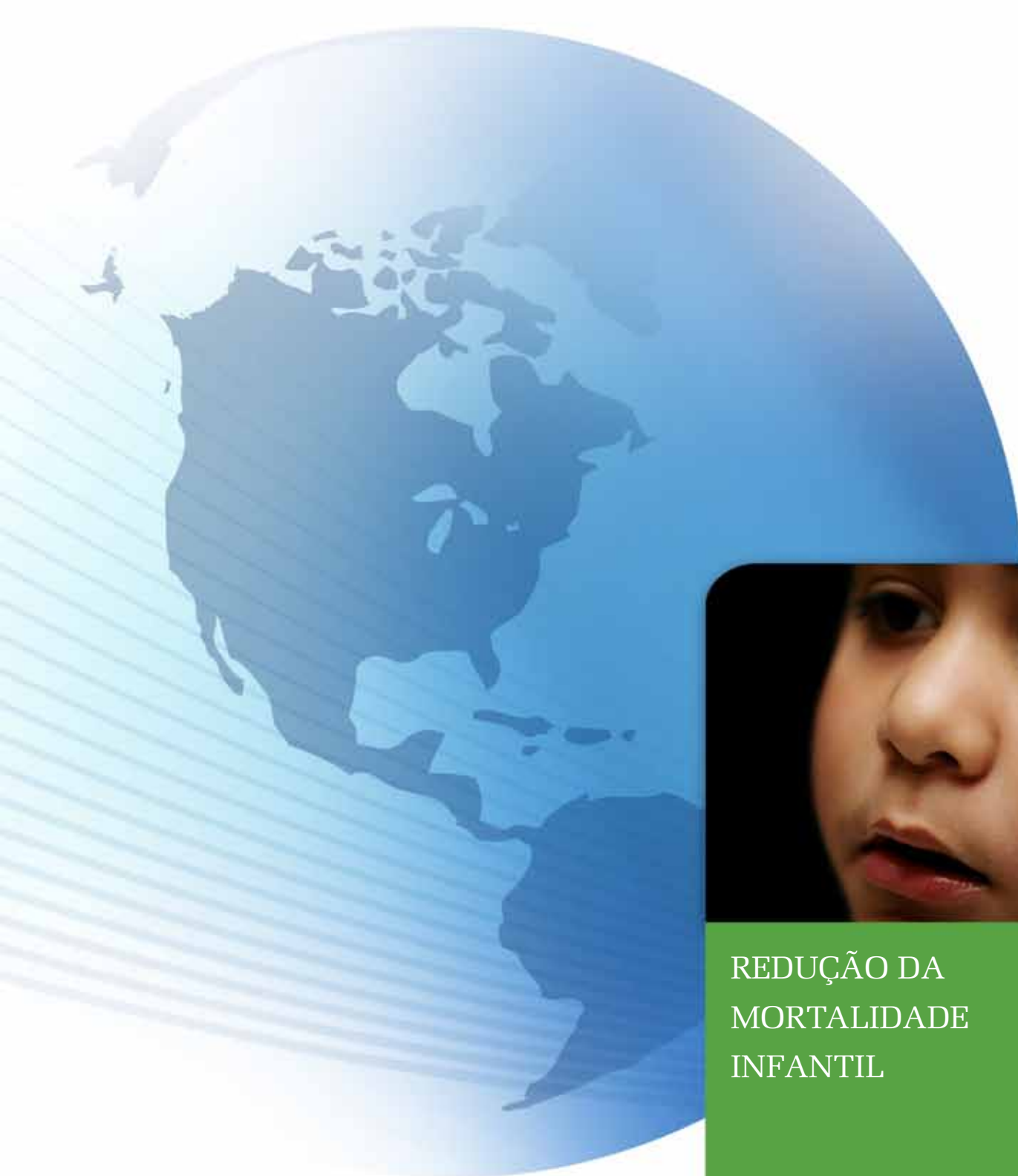
inovadoras a tais problemas e contribuir para o aumento do número de titulares de diploma de nível secundário (11 anos de estudo) nos Estados das Américas.

O terceiro tema, **eliminação da disparidade salarial entre gêneros**, envolve uma realidade vivenciada por mulheres no mundo todo. Na maioria das vezes, as mulheres concentram-se em empregos predominantemente femininos, precários e de menor remuneração. Essa situação tem se eternizado, criando assim um círculo vicioso que dificulta o acesso de muitas mulheres à autonomia financeira de que tanto necessitam para aspirar tornarem-se cidadãs com liberdade de fazer suas próprias escolhas e suficientemente preparadas para melhorar seu próprio destino. Ao assegurar uma melhoria das condições de vida e de trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras, é preciso dedicar uma atenção particular ao fenômeno da disparidade salarial entre gêneros. Além de zelar pela implantação de leis sobre a paridade salarial e salário mínimo, os parlamentares são interpelados a explorar certas pistas de ação para combater prejuízos ainda tenazes vinculados ao papel da mulher no mercado de trabalho e no lar. Eles também são chamados a explorar as diversas maneiras de conciliar trabalho e vida familiar, questionar os fenômenos da economia informal e da distribuição dos setores de trabalho entre homens e mulheres.

Por fim, o último tema aqui abordado, **proteção dos recursos hídricos**, envolve tanto uma dimensão ambiental como social. O crescimento da população, a poluição e as mudanças climáticas fazem com que os recursos hídricos se tornem cada vez mais vulneráveis. Os desafios relacionados aos acesso à água potável são imensos e os parlamentares devem encará-los de maneira pró-ativa, a fim de proteger tal recurso e fazer com que cada indivíduo tenha acesso a esse recurso de maneira equitativa e sustentável. Dentre as problemáticas que farão parte das discussões dos próximos anos, destacam-se a realidade das bacias transfronteiriças, a distribuição sustentável dos recursos hídricos para atender às necessidades agrícolas, industriais e domésticas, a questão das infraestruturas de tratamento, distribuição e saneamento, a gestão conciliada, os impactos das mudanças climáticas exercidos nos recursos e, enfim, a poluição. Os parlamentares das Américas devem ter condições de entender bem a complexidade dessas problemáticas para poder encontrar soluções a esse tema vital para as populações.

Porpoém-se, então, que as comissões temáticas visadas e a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas tenham uma boa compreensão dos temas apresentados. No âmbito dessas instâncias, os parlamentares serão instigados a analisar tais temas a fundo e propor aos seus colegas pistas de ações e de soluções que poderão levar a comprometer e posicionamentos formais da COPA, principalmente através de resoluções. Ao analisar outras questões de sua escolha, as comissões temáticas serão convidadas a assegurar um acompanhamento desses temas para além do mandato 2010-2012, a fim de avaliar os avanços realizados. É assim que a COPA poderá fortalecer seu papel e sua capacidade de atuar no continente todo.

Os objetivos estabelecidos para cada um dos quatro temas visam, antes de mais nada, orientar os trabalhos dos parlamentares tanto individualmente como dentro da COPA. Ao trabalhar de maneira consensual e dedicar tempo e energia, os parlamentares contribuirão, em sua zona de influência e perícia, para a conquista de tais objetivos. É por isso que esses objetivos representam o motivo pelo qual os parlamentares solicitam a confiança de seus concidadãos, ou seja, para ter a oportunidade de participar da melhoria da qualidade de vida deles.



REDUÇÃO DA
MORTALIDADE
INFANTIL

1. REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

1.1 Objetivos

- Mobilizar os parlamentares das Américas a fim de que contribuam para a conquista, em 2015, do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no que diz respeito à redução da mortalidade infantil na América Latina e no Caribe que é atualmente de 18 para crianças menores de 5 anos de idade por 1000 nascidos vivos.
- Fazer com que os parlamentares das Américas mantenham esse compromisso de contribuir para o alcance, até 2020, de uma média regional de menos de 15 mortes de crianças menores de 5 anos de idade por 1000 nascidos vivos.

1.2 Enunciado da problemática

A taxa de mortalidade é um indicador fundamental para avaliação da saúde da população de um Estado e seu nível de desenvolvimento humano¹. A mortalidade infantil afeta particularmente as famílias dos países em via de desenvolvimento e, conseqüentemente, a luta para essa diminuição tornou-se o 4º dos 8 grandes Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em 8 de setembro de 2000, Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas adota a Resolução nº 55/2 através da qual os Chefes de Estado e de Governo visam reduzir 2/3 do número de mortes de crianças menores de 5 anos em relação a esse índice registrado em 1990.

Em nível mundial, em 1990, ocorreram 93 mortes por 1000 nascidos vivos. Até 2015, o objetivo é reduzir essa taxa de mortalidade a 31 mortes por 1000. Segundo o relatório de 2009 da ONU sobre a evolução para a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)², as regiões do mundo atingiram, em 2007, uma taxa de mortalidade infantil de 67 mortes por 1000, o que significa que a redução ainda não chegou a 1/3.

No entanto, alguns dados estatísticos sobre o número de mortes por 1000 nascidos vivos retratam a evolução desse cenário nos últimos anos. Nas Américas, o Canadá (5 por 1000), Cuba (7 por 1000), os Estados Unidos (8 por 1000) e o Chile (9 por 1000) são os Estados com menor taxa de mortalidade infantil, segundo dados de 2007³. O relatório de 2009 da ONU revela que a América Latina possui uma das maiores taxas de vacinação contra a rubéola nas regiões consideradas “em via de desenvolvimento”, envolvendo 93% das crianças entre 12 a 23 meses que receberam pelo menos uma dose da vacina⁴. A partir de 2001, a vacinação de mais de 500 milhões de crianças provocou a redução de 68% da mortalidade causada por essa doença no mundo todo.

¹ UNICEF, *Canadian supplement to the State of the World's Children 2009. Aboriginal Children's Health: Leaving no child behind*, 2009, Disponível em: <http://www.nccahccnsa.ca/myfiles/SOWC%20Canada%20Report%20English.pdf> (Acesso em: 18 mai. 2010).

² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Objectifs du millénaire pour le développement [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)], rapport 2009*, p. 24, 2009, Disponível em: http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2009/MDG_Report_2009_Fr.pdf (Acesso em: 15 jan. 2010).

³ *Id.*, Division Statistique des Nations Unies, *Indicateurs des Objectifs du millénaire pour le développement [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)]*, 2009, Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx> (Acesso em: 18 jan. 2010).

⁴ ONU, *op cit.*, p. 25.

De 1990 a 2007, a região da América Latina e Caribes passou de 54 para 24 casos por 1000 nascimentos⁵. Para essa região, o objetivo da ONU é atingir uma média regional de 18 mortes de crianças com menos de 5 anos por 1000 nascidos vivos. A evolução dessa situação nos últimos anos revela que, provavelmente, o objetivo estabelecido pela ONU será atingido em 2015⁶.

Segundo as estatísticas compiladas pela ONU, certos Estados latino-americanos destacam-se por uma notável evolução da prevenção da mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos. O Anexo 1 do presente documento, retrata a evolução das taxas de mortalidade infantil de 1990 a 2007. O Quadro 1 a seguir contém uma visão geral desses dados.

Quadro 1: Desempenho da taxa de mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos de idade nos Estados da América Latina⁷

<u>Estados</u>	<u>Taxa de mortalidade por 1000 nascidos vivos em 1990</u>	<u>Taxa de mortalidade por 1000 nascidos vivos em 2007</u>	<u>Objetivo para 2015</u>
Bolivia	125	57	41,7
Brasil	58	22	19,3
Ecuador	57	22	19
El Salvador	60	24	20
Guatemala	82	39	27,3
Honduras	58	24	19,4
Perú	78	20	26 (atingido) ⁸

Apesar desses progressos, muito resta a ser feito. Desse modo, para lutar contra a mortalidade infantil e atingir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a ONU e o UNICEF concentram-se principalmente nas questões de acesso à assistência médica e programas de saúde comunitária. Com essa perspectiva, é essencial especificar que os índices relativos à saúde materna (5º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio) têm uma incidência sobre a mortalidade infantil. Na América Latina, constata-se principalmente que, em 2007, 87% dos partos feitos em estabelecimentos de saúde ocorreram diante da presença de mão-de-obra qualificada. Na virada da década de 90, essa taxa era de 70%⁹. Observa-se também uma categórica melhoria na proporção de mulheres que fizeram pelo menos uma consulta com um profissional da saúde durante a gravidez, passando de 79% para 95% entre 1990 e 2006. Entre 2003 e 2008, 83% das mulheres fizeram pelos menos 4 consultas com um profissional da saúde¹⁰.

Esses dados ilustram a importância dos serviços de assistência médica no combate à mortalidade infantil. No entanto, sabe-se que a desnutrição seria a causa subjacente de mais de 1/3 da mortalidade de crianças menores de 5 anos e que essa taxa de mortalidade é mais acentuada no grupo de crianças provenientes de famílias rurais pobres e cujas mães não tiveram uma educação básica, pode-se concluir que o problema da mortalidade infantil vai além do acesso a serviços de atendimento. Por exemplo, as taxas de mortalidade infantil nas comunidades

⁵ *Ibid.*

⁶ Denzhen YOU, Tessa WARDLAW, Peter SALAMA et Gareth JONES, « Levels and trends in under-5 mortality, 1990-2008 », *The Lancet*, Vol. 375, Publicação 9709, p. 100, 2010, Disponível em: <http://download.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140673609616019.pdf?id=40bade4753939e7f:6237f028:1264300f3c3:-5a851263845438573> (Acesso em: 18 jan. 2010).

⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *op.cit.*

⁸ Cabe observar que o Peru é único país da América Latina e do Caribe que atingiu o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na área de mortalidade infantil.

⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *op. cit.*, p. 9.

¹⁰ *Loc. cit.*

indígenas do Canadá são 3 a 7 vezes superiores que a média canadense. A explicação para essa situação pode ser encontrada, em boa parte, nas condições de vida em que vivem as comunidades indígenas do Canadá e nas desigualdades em seu nível socioeconômico comparadas ao restante da população canadense¹¹. Com essa mesma perspectiva, um estudo realizado sobre a mortalidade infantil nos países em via de desenvolvimento revela que fatores, como, a proporção de médicos para cada 1000 habitantes ou os gastos com saúde, exercem menor influência a mortalidade infantil do que indicadores, como, acesso a água potável, acesso à educação, planejamento familiar, combate ao HIV/AIDS¹².

Caso haja a possibilidade de acreditar na conquista do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em relação à mortalidade infantil, a situação econômica mundial e a recessão subsequente poderiam abrandar ou ameaçar os progressos constatados. Baseado nesse ponto de vista, o aumento do custo da alimentação representará um importante desafio para o alcance do objetivo¹³. O terremoto ocorrido no Haiti, em 12 de janeiro de 2010, pode interferir nas próximas estatísticas na área de mortalidade infantil. Esses últimos fatores também devem ser considerados.

1.3 Principais implicações

No marco dos trabalhos da COPA, os parlamentares são chamados a se dedicar às principais problemáticas vinculadas à mortalidade infantil, notadamente fatores socioeconômicos, como, educação e pobreza, assim como acesso ao atendimento médico perinatal e pós-natal.

1.3.1 Implicação sistêmica e organizacional

1.3.1.1 Acesso a atendimento

O UNICEF relata que 70% das mortes de crianças menores de 5 anos "são atribuíveis a 6 principais causas: diarreia, paludismo, infecção neonatal, pneumonia, parto prematuro ou falta de oxigênio no nascimento"¹⁴. Calcula-se que, no mundo todo, 99% dos casos de mortalidade infantil e materna ocorrem nos países em via de desenvolvimento onde não há acesso a atendimento básico¹⁵. Nessas regiões, o tétano neonatal ou materno provoca, anualmente, a morte de dezenas de milhares de recém-nascidos. Fica difícil estabelecer uma estatística exata desses tipos de enfermidades, pois calcula-se que muitas vítimas morrem em seus próprios lares, em comunidades bastante isoladas, onde o número de nascimentos ou mortes não é necessariamente registrado. Essas mortes poderiam ser evitadas, caso os serviços de atendimento básico fossem de fácil acesso e de melhor qualidade. O acesso aos serviços de atendimento básico continua sendo, então, um aspecto essencial no combate à mortalidade infantil.

¹¹ UNICEF, *op.cit.*

¹² J.A. OLOO, "Child mortality in Developing Countries: Challenges and Policy Options", *Eastern Africa Social Science Research Review*, Vol. 21, nº 2, jun. 2005, pp. 1-17.

¹³ UN DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION, *Progress on development goals in Latin America and the Caribbean faces risk of reversal as impact of global economic turmoil hits*, jul. 2009, Disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/PR_LatinAmerica_MDG09_EN.pdf (Acesso em: 19 jan. 2010).

¹⁴ UNICEF, *L'objectif: réduire la mortalité infantile [Objetivo: reduzir a mortalidade infantil]*, 2009, Disponível em: <http://www.unicef.org/french/mdg/childmortality.html> (Acesso em: 18 jan. 2010).

¹⁵ SAVE THE CHILDREN, *Women on the Front Lines of Health Care: State of the World's Mothers 2010*, mai. 2010, Disponível em: <http://www.savethechildren.ca/> (Acesso em: 17 mai. 2010).

Nos países em via de desenvolvimento, cerca de 80% dos atendimentos de saúde são administrados nos próprios lares e a maioria das crianças falecidas morre em seus lares, sem mesmo ter sido examinada por integrantes da área da saúde. Até 40% das mortes de crianças poderiam ser evitadas através da melhoria dos cuidados prestados pelas famílias e comunidades, e isso sem equipamentos sofisticados, bastando apenas ampliar o acesso ao conhecimento, ao apoio e ao material básico¹⁶.

Além do problema de acesso aos serviços, há uma grande necessidade de formação de mão-de-obra da área da saúde. No relatório recentemente publicado pela organização *Save the Children* intitulado *Women on the Front Lines of Health Care: State of the World's Mothers 2010*, destaca-se que existe, atualmente, uma importante escassez de mão-de-obra da área da saúde nos países em via de desenvolvimento¹⁷. Esses dados referem-se principalmente ao papel central exercido pelas parteiras em relação à saúde materna e infantil. Com efeito, as parteiras têm acesso às mulheres marginalizadas e exercem mais diretamente influência na saúde dessas mulheres, pois as parteiras intervêm onde é preciso, ou seja, nas comunidades e, principalmente, nos lares. Investir na formação de parteiras torna-se uma necessidade cada vez mais urgente, já que aspira-se a contribuir para o combate à mortalidade infantil.

1.3.2 Implicações socioeconômicas

1.3.2.1 Fatores sociais determinantes da saúde

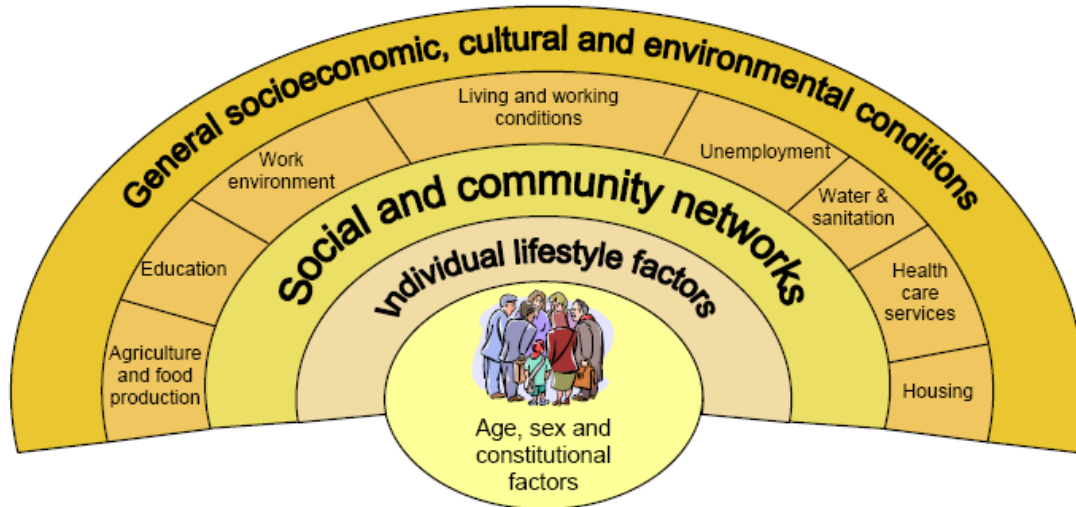
Os fatores sociais determinantes da saúde são as circunstâncias em que os indivíduos nascem, crescem e trabalham. Os serviços de atendimento fazem parte de múltiplos fatores que influenciam a saúde e o bem-estar das populações, assim como moradia, ambiente de trabalho ou educação.

O Quadro 2 da página seguinte ilustra as distintas dimensões dos fatores sociais determinantes da saúde.

¹⁶ UNICEF, *op. cit.*

¹⁷ SAVE THE CHILDREN, *op.cit.*

Quadro 2: Fatores sociais determinantes da saúde¹⁸



Fonte: Dahlgren e Whitehead, 1991

Os fatores determinantes sociais da saúde são uma das principais causas das desigualdades em saúde¹⁹; defasagens essas que contribuem para o elevado índice de mortalidade infantil. O nível de instrução afeta direta tal situação. O relatório da *Save the Children* destaca a influência exercida pela educação na saúde da população infantil e afirma principalmente que se, quando crianças, as mulheres tiverem acesso à educação, elas tendem a se casar mais tarde, ter menos filhos e ter saúde e alimentação melhores²⁰.

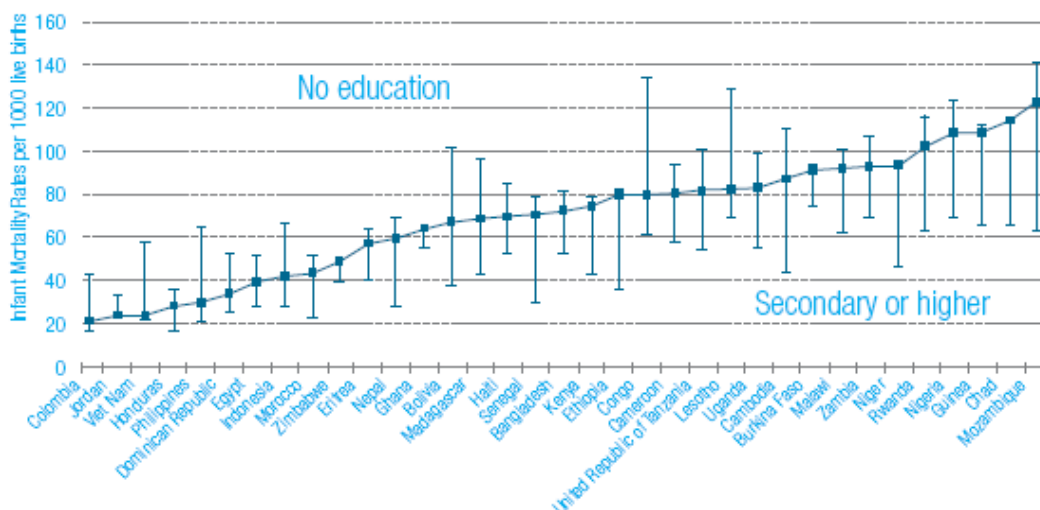
O Quadro 3, situado na página seguinte, retrata a influência do nível de instrução das mães na taxa de mortalidade infantil em cada Estado e entre os distintos Estados. A linha horizontal azul contínua indica a taxa de mortalidade infantil média de cada Estado. Os pontos nas extremidades de cada linha vertical correspondem à taxa de mortalidade infantil das mães sem instrução e das mães com pelo menos nível secundário (11 anos de estudo). Por exemplo, a Colômbia tem uma taxa de mortalidade infantil média levemente acima de 20 para cada 1000 nascidos vivos, mais de 40 para mulheres sem instrução e 18 para mulheres com pelo menos nível secundário (11 anos de estudo) ou superior.

¹⁸ Göran DAHLGREN et Margaret WHITEHEAD, 1991, *Policies and strategies to promote social equity in health. Background document to WHO-Strategy paper for Europe*, Institute for future studies, 69 p., [http://www.framtidsstudier.se/filebank/files/20080109\\$110739\\$fil\\$smZ8UVQv2wQFshMRF6cuT.pdf](http://www.framtidsstudier.se/filebank/files/20080109$110739$fil$smZ8UVQv2wQFshMRF6cuT.pdf) (Acesso em: 14 jun. 2010).

¹⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), http://www.who.int/social_determinants/fr/index.html (Acesso em: 11 mai. 2010).

²⁰ SAVE THE CHILDREN, *op. cit.*

Quadro 3: Nível de instrução das mães e taxa de mortalidade infantil²¹



O exemplo de que o nível de instrução das mães exerce influência na mortalidade infantil revela a importância de se efetuar um atento exame dos fatores externos ou indiretos à saúde a fim de analisar os problemas de saúde e a busca de soluções. Esse mesmo exercício poderia ser aplicado a outros determinantes da saúde, tais como, distribuição de renda, trabalho estável e seguro, acesso à água potável ou moradia salubre e agradável. Todos esses elementos contribuem para uma vida próspera e saudável e têm inevitavelmente uma incidência na saúde da nossa população infantil.

O relatório final da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) insiste no fato que:

o desequilíbrio das condições que afetam negativamente a saúde não é, de modo algum, um fenômeno “natural” ; é, ao contrário, o resultado de um amálgama tóxico de políticas e de programas sociais inadequados, de estruturas econômicas injustas e de más políticas (tradução livre)²².

Desse modo, embora sejam necessários esforços para incrementar o acesso e a qualidade dos serviços de assistência médica, os parlamentares devem aprofundar sua reflexão sobre as causas da mortalidade infantil, conforme convite feito pela Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ao manifestar-se contra as causas diretas e atuar progressivamente em relação aos problemas de saúde, os parlamentares das Américas passarão a agir em dinâmicas de maior alcance, considerando a complexidade da problemática da mortalidade infantil. Consequentemente, os parlamentares terão condições de adotar estratégias sustentáveis e eficazes²³.

²¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), Commission on Social Determinants of health (2008). *Closing the gap in a generation. Health equity through action on the social determinants of health. Final Report of the Commission on the Social Determinants of health*, Genebra, p. 29.

²² *Ibid*, p. 1.

²³ K.S. MONHINDRA, “Healthy public policy in poor countries: tackling the macro-economic policies”, *Health promotion international*, vol. 22, nº 2, 2007, pp. 163-169.

1.4 Eixos de intervenção e pistas de ação para os parlamentares

Segundo a ONU²⁴ e o UNICEF²⁵, uma série de medidas podem ser adotadas e implantadas para reduzir substancialmente a taxa de mortalidade infantil. Várias dessas medidas estão vinculadas aos atendimentos de serviços que representam uma das principais pistas de ação incentivadas pelo UNICEF e pela ONU. No entanto, essas organizações também privilegiam eixos de intervenção, tais como “destacar as causas socioeconômicas subjacentes à mortalidade infantil, como o acesso das mães à saúde sexual, à educação e ao emprego”²⁶. Atuar nas políticas externas à área da saúde e dos atendimentos de serviços, como políticas de transporte, de moradia, de combate à pobreza ou ainda na área da educação, é considerado um eixo de intervenção inequívoco para os parlamentares.

A região América Latina e Caribe é a região do mundo mais passível de conquistar o objetivo de reduzir 2/3 de sua taxa de mortalidade infantil em menos de 5 anos, ou seja, antes de 2015. Aproveitando desse momento, os parlamentares das Américas podem reter solidamente essa oportunidade e mobilizarem-se para dar prosseguimento ao trabalho, independente do prazo estabelecido pela ONU. Seguem algumas pistas de ação ou possíveis eixos de intervenção que poderiam ser escolhidos pelos parlamentares com o propósito de conquistarem os objetivos citados nessa seção. Essa lista pode ser completada e aprimorada pelos parlamentares membros da Confederação Parlamentar das Américas (COPA).

1.4.1 Âmbito de ação legislativa

Os parlamentares poderiam:

- Assegurar-se que os Estados adotem um marco legislativo para tornar sistemática a avaliação dos efeitos potenciais exercidos na saúde da população por políticas que não sejam da área da saúde, como, políticas econômicas, de transporte, de moradia ou outras.
- Zelar para que as condições das mulheres (saúde, educação, etc.) sejam consideradas nas leis, ações e nos programas dos Estados.
- Assegurar-se que, quando da adoção de orçamentos, os programas de assistência médica destinados a mães e filhos sejam financiados de maneira adequada e recorrente.

1.4.2 Âmbito de controle do governo

Os parlamentares poderiam :

- Incitar os governos a implantar uma política de cobertura completa e universal dos sistemas de saúde primária, além de uma oferta de serviços sustentável e de programas de educação para mulheres.
- Incitar os governos a respeitar seu compromisso internacional vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).
- Interpelar os governos para que adotem políticas e programas que contribuam para a diminuição da taxa de mortalidade infantil, ou seja, para melhorar as condições de vida da população.
- Incitar os governos a investir na formação de parteiras.

²⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Passer à l'action pour réaliser les Objectifs du millénaire pour le développement [Passar à ação para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio]*, Note d'information du Secrétaire général pour la réunion de haut niveau sur les OMD [Nota informativa do Secretário Gerla para a reunião de alto nível sobre os ODM], 25 set. 2008, Disponível em: <http://www.un.org/fr/millenniumgoals/2008highlevel/pdf/factgoal4.pdf> (Acesso em: 18 jan. 2010).

²⁵ UNICEF, *op. cit.*

²⁶ *Ibid.*

- Zelar para que a mão-de-obra da saúde tenha acesso a uma formação de qualidade vinculada ao acompanhamento, ao atendimento pré-natal e neonatal, e à pediatria.
- Instaurar mecanismos de acompanhamento que possibilitem avaliar as políticas e os programas implantados e suas repercussões.
- Questionar os governos sobre o custo de retorno das doses de vacinas e de suplementos vitaminados e incitá-los a assumir meios que levem à importantes economias.
- Incitar o governo a negociar acordos bilaterais ou multilaterais com o propósito de conseguir melhores custos de produção de vacinas.
- Sensibilizar os governos em relação aos determinantes sociais da saúde.
- Assegurar-se que os governos garantam uma cobertura de vacinas completa, principalmente contra a rubéola, meningite e tétano, além de uma distribuição em maior escala de suplementos de vitamina A.
- Sensibilizar os governos sobre a importância dos programas de promoção de amamentação materna exclusivo até 6 meses, seguido da amamentação como complemento a uma nutrição apropriada para crianças de 6 meses a 2 anos.
- Assegurar-se que os governos propiciem nutrição adequada às crianças desfavorecidas, apesar da alta dos preços de gêneros alimentícios.

1.4.3 Âmbito da representação da população e da consideração de questões de interesse público

Os parlamentares da COPA poderiam:

- Expressar local e publicamente os progressos e os atrasos constatados na área de mortalidade infantil.
- Participar de diversas campanhas de sensibilização vinculados a essa problemática.
- Divulgar aos parlamentares de outros Estados os melhores programas e práticas implantadas localmente.
- Suscitar a coleta de dados e a realização de pesquisas sobre o assunto em nível local e nacional, a fim de aprimorar a eficácia das iniciativas implantadas.
- Informar-se sobre a existência e a qualidade dos serviços de saúde nas regiões rurais.
- Participar da consolidação dos sistemas e das redes de saúde locais.
- Assegurar-se da implantação de tratamentos eficazes contra infecções, como, pneumonia, diarreia, paludismo e outras doenças infecciosas, e da prevenção das mesmas, principalmente através da distribuição de mosquiteiros tratados com inseticidas e da distribuição de medicamentos e sais minerais.
- Participar de campanhas de educação e prevenção, principalmente para lavagem das mãos, melhoria da disponibilidade de água e de acesso aos equipamentos de tratamento de água potável.



AUMENTO DA TAXA
DE ESCOLARIZAÇÃO
DE NÍVEL SECUNDÁRIO
(11 ANOS DE ESTUDO)
DE PESSOAS DE
25 ANOS OU MAIS
DE IDADE

2. AUMENTO DA TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE NÍVEL SECUNDÁRIO (11 ANOS DE ESTUDO) DE PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE

2.1 Objetivo

- Mobilizar os parlamentares das Américas a fim de que contribuam para um aumento de 15% do índice de conclusão do nível secundário concluído (11 anos de estudo) em seus respectivos Estados da população com 25 anos ou mais de idade, de 2005 a 2020.

2.2 Enunciado da problemática

No decorrer das duas últimas décadas, o interesse da comunidade internacional pelo nível secundário (11 anos de estudo) tem aumentado. Segundo o Banco Mundial, esse nível de escolaridade é o “caminho” entre o nível primário, a educação terciária e o mercado de trabalho²⁷. Além de dar uma formação geral suscetível de trazer melhorias para a qualidade de vida dos jovens através da aquisição de conhecimentos, o nível secundário forma trabalhadores e cidadãos capazes de contribuir eficazmente para a vida coletiva. Uma sociedade que conta com um alto grau de diplomados rompe paulatinamente o ciclo da pobreza e tem uma substancial melhoria de sua economia à medida que novas coortes entram nos estabelecimentos de ensino. Além do mais, e evidentemente, quanto maior o número de pessoas com o nível secundário (11 anos de estudo), maior é a probabilidade de ver aumentar o número de estudantes universitários, fato que incita então a pesquisa e a inovação e, conseqüentemente, a competitividade de um Estado em termos mundiais.

Nas últimas décadas, o acesso à educação e o aproveitamento acadêmico secundário (11 anos de estudo) fazem parte das principais áreas de interesse da comunidade internacional. Em 1990, os delegados de 155 Estados do mundo e os representantes de órgãos governamentais e entidades não-governamentais reuniram-se em Jomtien, na Tailândia, a fim de adotar a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos". Dentre os grandes objetivos a serem alcançados até 2000 está o acesso universal à educação, a equidade, os resultados de aprendizagem, a incrementação dos meios destinados à educação básica, à melhoria do ambiente de aprendizagem e do fortalecimento das parcerias. No entanto, conforme admitido pela própria UNESCO, os grandes objetivos de Jomtien não foram conquistados no prazo estabelecido²⁸.

Passados 10 anos, 1100 delegados reuniram-se em Dakar para discutir, mais uma vez, sobre educação, no Fórum Mundial de Educação em 2000. Na ocasião, foram reiterados os compromissos de 1990 e foi adotado um marco de ação contendo aspectos mundiais e regionais.

No contexto dos aspectos regionais do Fórum Mundial de Educação, os Estados da América Latina e do Caribe fizeram uma reunião regional em Santo Domingo durante a qual estabeleceram objetivos relacionados “ao reconhecimento do direito universal de cada indivíduo a uma educação básica de elevada

²⁷ THE WORLD BANK, *Expanding opportunities and building competencies for young people, A new agenda for secondary education*, 2005, The international bank for reconstruction and development/The World Bank, Washington, p. xii.

²⁸ UNESCO, *Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien, 1990*, 2010, Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasilia/resources-servicos-in-brazil/legal-instruments-in-portuguese/international-instruments-in-education/#c37792> (Acesso em: 13 oct. 2010).

qualidade a partir do nascimento”²⁹. Importantes triunfos foram conquistados a partir de 1990, principalmente em relação aos índices de inscrição no ensino primário. Observa-se também avanço quanto ao número de anos de educação obrigatória e à taxa de instrução no nível primário. Por fim, constata-se avanços na equidade entre alunos de sexo feminino e masculino no nível secundário (11 anos de estudo). De fato, a grande maioria dos Estados registra expressivos índices de escolarização³⁰ no primário, ou seja, acima de 90%³¹. Além do mais, em relação ao acesso ao nível secundário (11 anos de estudo) para meninas, parece que a equidade não é um problema, conforme revelado pelo documento de trabalho preparado para a reunião dos Ministros da Educação dos Estados Íbero-Americanos realizada em El Salvador em maio de 2008.

Durante essa Conferência, os ministros acordaram para que, até 2021, todos os jovens possam ter no mínimo por 12 anos de instrução, sendo essa considerada a melhor estratégia para garantir o progresso da região, a coesão social e a redução de iniquidades³². O objetivo é, então, tornar universal a educação secundária (11 anos de estudos) e fazer com que, daqui até 2021, de 60% a 90% dos alunos tenham concluído seus estudos de nível secundário³³.

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE) atualiza regularmente as estatísticas sobre a proporção de indivíduos de 25 a 64 anos de idade titulares de um diploma equivalente ou superior ao segundo ciclo do secundário (10 a 11 anos de estudos) na população. Essa estatística tem a vantagem de retratar mais detalhadamente a taxa de instrução da população adulta, considerando-se as pessoas que talvez tenham interrompido seus estudos ou, simplesmente, que tenham seguido um percurso acadêmico atípico. Pode-se, então, observar as tendências surgirem ao longo de vários anos. A OCDE compila apenas os dados de seus membros e Estados parceiros. Desse modo, para a região que nos concerne, a quadro a seguir apresenta os resultados dos anos 1997 e 2007 referentes ao Canadá, aos Estados Unidos, ao México, Brasil e Chile.

²⁹ FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO, *Marco de Ação de Dakar, Educação para Todos: Cumprindo nossos Compromissos Coletivos*, 2000, p. 35. Disponível em <http://www.unesco.org/pt/brasil/resources-services-in-brazil/legal-instruments-in-portuguese/international-instruments-in-education/#c37792> (Acesso em: 14 oct. 2010).

³⁰ A “**taxa de escolarização líquida**” é a parcela da população de faixa etária regularmentar para matricular-se num determinado nível de ensino. A “**taxa de escolarização bruta**” é o número total de matrículas num determinado nível de ensino, sem distinção de faixa etária, em relação à proporção da população em idade oficial de escolarização num mesmo nível de ensino de um determinado ano letivo. INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA UNESCO, *Indicateurs de l'éducation, Directives techniques [Indicadores de educação, Diretivas técnicas]*, UNESCO, 58 p., 2009, Disponível em: http://www.uis.unesco.org/template/pdf/EducGeneral/Indicator_Technical_guidelines_FR.pdf (Acesso em: 28 jan. 2010).

³¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Division Statistique des Nations Unies, *Indicateurs des Objectifs du millénaire pour le développement [Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)]*, 2009, Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx> (Acesso em: 27 jan. 2010).

³² ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS ÍBEROAMERICANOS, *Metas educativas 2021, La educación que queremos para la generación de los Bicentenarios*, Documento para debate, primera versión, XVIII Conferencia Iberoamericana de Educación, El Salvador, pp. 107-108, 19 mai. 2008, Disponível em: <http://www.oei.es/metas2021/todo.pdf> (Acesso em: 27 jan. 2010).

³³ *Ibid.*, p. 99.

Quadro 4: Nível de instrução dos Estados membros e membros parceiros da OCDE.

Estados	Proporção de indivíduos de 25 a 64 anos de idade titulares de um diploma equivalente ou superior ao segundo ciclo do secundário (10 a 11 anos de estudo) (%) ³⁴	
	1997 ³⁵	2007 ³⁶
Brasil	n.d.	37
Canada	77	87
Chile	n.d.	50 ³⁷
México	28	33
United States	86	88

O Sistema de Informações de Tendências Educativas na América Latina (SITEAL)³⁸ compila dados referentes a toda população com mais de 25 anos de idade. Desse modo, nos dados apresentados no Anexo 2 a faixa etária acima de 65 anos também está incluída. O fato desses dados terem sido separados em dois grupos de faixas etárias distintas dá uma visão mais clara da evolução do nível de instrução através das gerações. Em seu relatório de 2006, a SITEAL calcula que 28% da população com 25 anos ou mais de idade de todos os Estados analisados³⁹ por esse sistema concluíram, pelo menos, os estudos de nível secundário (11 anos de estudo)⁴⁰.

Enfim, em relação à taxa de escolarização bruta, observa-se uma evolução na América Latina e no Caribe, pois passou de 62% em 1999 para 73% em 2007⁴¹.

³⁴ Em nível internacional, a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE) é empregada para avaliar os diferentes programas educacionais e, assim, realizar determinadas comparações internacionais. Nesse documento, consideramos que um secundário concluído equivale a um nível CITE 3 concluído, ou seja, segundo a UNESCO, o segundo ciclo do secundário. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/Portuguese/Notatecnica.pdf> (Acesso em: 18 oct. 2010).

³⁵ OCDE, *Regards sur l'éducation 2009: Les indicateurs de l'OCDE*, pp. 42-43, 2009, Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/41/26/43636350.pdf> (Acesso em: 27 jan. 2010).

³⁶ *Ibid.* p. 40.

³⁷ Ano de referência: 2004.

³⁸ O SITEAL é um programa conjunto do Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIPÉ) da UNESCO (escritório regional de Buenos Aires) e da Organização dos Estados Iberoamericanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI). Seu objetivo é fazer um acompanhamento do panorama educacional da América Latina, considerando-se as transformações econômicas e sociais ocorridas na região.

³⁹ Os países analisados nesse relatório são: Uruguai, Argentina, Cuba, Costa Rica, Chile, Colômbia, Venezuela, Panamá, Paraguai, Equador, México, Brasil, Peru, República Dominicana, Bolívia, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Guatemala e Haiti.

⁴⁰ SITEAL, *Informe sobre tendencias sociales y educativas en América Latina 2006*, p. 45, 2006, Disponível em: <http://www.siteal.iipe-oei.org/informetendencias/downloads/CAPITULO%20II.pdf> (Acesso em: 28 jan. 2010).

⁴¹ INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA UNESCO, *Tableau 20D: Moyenne régionale des taux bruts de scolarisation de l'enseignement préprimaire à supérieur (CITE 0-6) [Quadro 20D: Média regional das taxas de escolarização brutas do ensino pré-primário ao universitário]*, UNESCO, 2010, Disponível em: <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=194> (Acesso em: 28 jan. 2010).

2.3 Principais implicações

2.3.1 Problemáticas sistêmicas e organizacionais

2.3.1.1 Perseverança nos estudos

Antes de mais nada, é preciso assegurar-se que os jovens continuem frequentando as instituições de ensino. Consta-se que esse desafio subsiste em todos os Estados das Américas. Vários Estados já iniciaram seu combate contra a evasão escolar. A COPA já se dedicou a essa questão durante sua IX Assembléia Geral realizada em Salta, Argentina, em 2009. Na ocasião, a COPA adotou uma recomendação relacionada a esse assunto. Essa recomendação⁴², que dá prosseguimento aos trabalhos da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, exorta os parlamentares a zelar para que verbas necessárias sejam concedidas para:

- Possibilitar um melhor acesso à educação de qualidade.
- Combater com maior eficiência a evasão escolar.
- Implantar programas que visam as populações mais vulneráveis.
- Assegurar a formação adequada dos docentes.
- Assegurar o desenvolvimento de novas tecnologias.

2.3.1.2 Formação de docentes

A formação de docentes é um outro fator a ser considerado ao analisar a situação da educação secundária (11 anos de estudo) em vários Estados. Regra geral, um profissional bem formado sabe adaptar seu ensino ao grupo de jovens ao qual se dirige e tem condições de identificar as necessidades e dificuldades de certos alunos mais susceptíveis de abandonar os estudos. O quadro abaixo apresenta a taxa de docentes do secundário (11 anos de estudo) com formação adequada por Estado participante da coleta de dados da UNESCO.

⁴² CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS, *Recommandation sur la lutte à l'abandon scolaire [Recomendação sobre o combate abandono escolar]*, 2009, Disponível em: <http://www.copa.qc.ca/por/assembleia/2009/Index.html> (Acesso em: 28 jan. 2010).

Quadro 5: Taxa de docentes do secundário (11 anos de estudo) com formação (%)⁴³

Estado	Docentes formados (%)
Bahamas	86
Barbados	57
Belize	37
Canada	n.d.
Costa Rica	85
Cuba	100
Dominica	41
Ecuador	71
El Salvador	88
Grenada	35
Guyana	55
Nicaragua	60
Panamá	91
República Dominicana	85
Saint Lucia	57
Saint Kitts and Nevis	40
Saint Vincent and the Grenadines	55
United States of America	n.d.
Venezuela	83

Os docentes constituem a pedra angular do sucesso da juventude no nível secundário (11 anos de estudo). Na grande maioria das vezes, os professores são abandonados e ficam desprovidos de recursos necessários para realizar seu trabalho com qualidade. Muitos Estados devem conciliar-se com um corpo docente cuja grande maioria não tem formação adequada para o ensino de nível secundário (11 anos de estudo). Coletivamente, é preciso reconhecer o valor social e profissional dos professores das Américas, a fim de que eles sejam bem preparados para o exercício de sua profissão nas melhores condições possíveis, principalmente através de uma melhor remuneração, melhores condições de trabalho e maiores possibilidades de formação para uma constante melhoria das competências profissionais do corpo docente⁴⁴.

2.3.1.3 Investimento público em educação

Em 2000, os Estados da América Latina e do Caribe comprometeram-se em ampliar paulatinamente seus investimentos na área da educação até que seja atingido pelo menos 7% do Produto Interno Bruto (PIB)⁴⁵.

No quadro a seguir, observa-se que determinados Estados atingiram e inclusive ultrapassaram esse patamar no decorrer dos últimos anos.

⁴³ INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA UNESCO, *Recueil de données mondiales sur l'éducation 2009, Statistiques comparées sur l'éducation dans le monde [Compêndio de dados mundiais sobre a educação 2009, Estatísticas comparadas sobre a educação no mundo]*, UNESCO, pp. 117-119, 2009, Disponível em: http://www.uis.unesco.org/template/pdf/ged/2009/GED_2009_FR.pdf (Acesso em: 27 jan. 2010).

⁴⁴ FORUM MONDIAL SUR L'ÉDUCATION [FÓRUM MUNDIAL SOBRE A EDUCAÇÃO], *op. cit.*, p. 39.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 40.

Quadro 6: Investimento público em educação (% do PIB)

Estados	Investimento público em educação (% do PIB)	Ano (último ano disponível)
Barbados	6,7%	2008
Bolívia	6,3 %	2006
Cuba	13,3 %	2007
Guyana	6,1 %	2007
Saint Kitts and Nevis	9,9%	2005
Saint Lucia	6,3 %	2008
Saint Vincent and the Grenadines	7 %	2007

No entanto, ainda em 2008, vários Estados não haviam alcançado esse objetivo⁴⁶. O Anexo 3 retrata as proporções de investimento em educação relacionadas ao Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados.

2.3.2 Problemáticas socioeconômicas

2.3.2.1 Jovens em meios desfavorecidos

Infelizmente, os jovens mais susceptíveis de nunca concluir os estudos secundários (11 anos de estudo) são aqueles oriundos dos meios mais desfavorecidos e essa mesma realidade se repete nos Estados das Américas. Está constatado na América Latina que “[...] A proporção de alunos com estudos de nível secundário (11 anos de estudo) concluídos é 5 vezes maior dentre os alunos provenientes do quintuplo da população com renda familiar mais elevada. Vinte e três por cento dos alunos do quintuplo mais rico concluem seus estudos superiores, ao passo que apenas 1% dos mais pobres concluem esse nível de estudos.”⁴⁷ Em Quebec, observa-se que 35% dos alunos de instituições de ensino localizadas em meios desfavorecidos abandonam os estudos antes da obtenção de seu diploma ou qualquer qualificação. Em outros meios, a taxa de evasão chega a 20%⁴⁸.

Dentre os jovens desfavorecidos, constam principalmente aqueles oriundos de famílias de imigrantes. Uma série de fatores, entre eles factores de ordem econômica, levam determinadas populações a se locomover para outros Estados em busca de trabalho ou de uma vida melhor. Os fluxos migratórios são constantes nas Américas, criando assim novas dinâmicas na terra receptora. Desse modo, os imigrantes encontram-se às vezes marginalizados e mais desfavorecidos que o restante da população. Os jovens dessas famílias estão dentre as populações vulneráveis e mais susceptíveis de nunca concluir seus estudos de nível secundário (11 anos de estudo).

⁴⁶ INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA UNESCO, *Tableau 19: Indicateurs des dépenses en éducation par niveau de la CITE [Quadro 19: Indicadores de despesas com educação por nível da CITE]*, UNESCO, 2010, Disponível em: <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx> (Acesso em: 30 mar. 2010).

⁴⁷ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS ÍBEROAMERICANOS, *Metas educativas 2021, La educación que queremos para la generación de los Bicentenarios*, Documento para debate, primera versión, XVIII Conferencia Iberoamericana de Educación, El Salvador, p. 71 19 mai. 2008. Disponível em: <http://www.oei.es/metas2021/todo.pdf> (Acesso em: 27 jan. 2010, tradução livre).

⁴⁸ MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, DU LOISIR ET DU SPORT, *L'école, j'y tiens! Tous ensemble pour la réussite scolaire [Da escola não abro mão! Todos juntos pelo aproveitamento acadêmico]*, p. 6, 2009, Disponível em: http://www.mels.gouv.qc.ca/sections/publications/publications/EPEPS/Formation_jeunes/LEcoleJyTiens_TousEnsemblePourLaReussiteScolaire.pdf (Acesso em: 19 fev. 2010).

2.3.2.2 Regiões rurais

Os dados estatísticos revelam que a taxa de escolarização é mais baixa nas regiões rurais da América Latina e no Caribe do que nas regiões urbanas. Em alguns lugares, a proporção de jovens escolarizados em zonas rurais é 25% inferior do que os de zonas urbanas⁴⁹. Nas Américas, apenas os Estados Unidos são exceção à regra com um taxa de evasão de 11% nas zonas rurais e 13% nas regiões metropolitanas em 2004-2005⁵⁰.

O quadro abaixo retrata as expressivas taxas de escolarização no secundário (11 anos de estudo) dos Estados analisados pelo SITEAL por zona urbana e zona rural. A equidade de acesso e o nível de escolarização equivalentes entre as zonas urbanas e rurais constituem, então, uma problemática de destaque para a conquista do objetivo de aumento a taxa de conclusão de estudos de nível secundário (11 anos de estudo).

Quadro 7: Taxas expressivas de escolarização secundária (11 anos de estudo) em zonas urbanas e rurais (dados compilados em 2008)⁵¹

País	Zona urbana (%)	Zona rural (%)
Brasil	79,9	67,8
Costa Rica	70,0	56,1
Ecuador	79,7	57,3
El Salvador	65,2	42,7
México	75,1	60,1
Panamá	83,1	61,0
Paraguay	71,8	48,4
República Dominicana	57,0	46,8
Uruguay	72,1	58,9

2.3.2.3 Populações afrodescendentes e indígenas

Nas Américas, o peso histórico das populações indígenas e afrodescendentes ainda é palpável nos dias de hoje. Um peso que é observado, por exemplo, no estatuto social e econômico dessas populações. Desse modo, quando se trata de equidade de acesso à educação, a ruralidade não é o único fator a ser considerado. Na realidade, um grupo particularmente vulnerável é o composto de jovens afroamericanos ou indígenas, pois são eles os mais susceptíveis de não concluir seus estudos secundários (11 anos de estudo).

Além do mais, o SITEAL destaca que em determinadas regiões, a taxa de evasão escolar de jovens oriundos de minorias afrodescendentes ou indígenas é quase 25% superior à da maioria da população.

As informações disponíveis referentes a certos Estados das Américas indicam que os sistemas educacionais têm grandes dificuldades de manter seus jovens em sala de aula. Com efeito, a probabilidade desses jovens ficar aparte da rede de ensino é consideravelmente superior ao do restante da juventude, sendo

⁴⁹ SITEAL, *La escuela y los adolescentes, Informe sobre tendencias sociales y educativas en América Latine, 2008*, pp. 66-69, 2008, Disponível em: <http://www.siteal.iipe-oei.org/informetendencias/downloads/2008/AnexoEstadistico.pdf> (Acesso em: 27 jan. 2010).

⁵⁰ COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, *Rapport préliminaire sur l'abandon scolaire dans les Amériques [Relatório preliminar sobre abandono escolar nas Américas]*, Confederação Parlamentar das Américas, p. 5, 2009.

⁵¹ SITEAL, *Base de données [Base de dados]*, 2010, Disponível em: <http://www.siteal.iipe-oei.org/basededatos/basededatos1.asp> (Acesso em: 28 jan. 2010).

que essa discrepância aumenta com a idade⁵². No Canadá, a taxa de conclusão de estudos dos jovens indígenas é 10% inferior à do restante da população⁵³. Nos Estados Unidos, 21% dos jovens afrodescendentes de 16 a 24 anos de idade não concluíram os estudos secundários (11 anos de estudo) e também não estavam prestes a concluí-lo, conforme dados de 2007. Na população branca, essa proporção era de 12,%. Os jovens de origem latino-americanas que vivem nos Estados Unidos devem fazer objeto de particular atenção. Na realidade, 27,5% dentre eles não haviam concluído estudos secundários (11 anos de estudos) em 2007⁵⁴.

2.3.2.4 Clima educativo nos lares

A definição estabelecida para a expressão “clima educativo nos lares” é uma variável que pode exercer grande influência na juventude. Observa-se que as famílias ou os pais com mais estudos (12 ou mais anos de estudo) são mais susceptíveis de ver seus filhos com estudos concluídos. Em praticamente quase todos os Estados, as taxas de conclusão do nível secundário (11 anos de estudos) para esse segmento da população ultrapassam 90%. Na outra extremidade do espectro, apenas 8,7%⁵⁵ dos jovens, provenientes de lares em que os pais têm menos de 6 anos de escolarização, concluem o secundário (11 anos de estudos).

2.4 Eixos de intervenção e pistas de ação para os parlamentares

Os eixos de intervenção e as pistas de ação, a exemplo das problemáticas, são muitos para elevar a taxa de escolarização das populações. Observa-se, há alguns anos, um reconhecimento da importância da educação de nível secundário (11 anos de estudos) para o desenvolvimento. Por exemplo, durante as reuniões realizadas em Santo Domingo e El Salvador, os governos latino-americanos reiteraram seu grande interesse em estabelecer uma rede de ensino secundário (11 anos de estudo) acessível e vantajosos.

Os parlamentares são chamados a contribuir para o alcance desse objetivo, pois são parceiros importantes para concentrar esforços, em suas respectivas regiões, nos desafios relativos à educação secundária (11 anos de estudo) e verificar se as constatações feitas no presente documento são corroboradas pela realidade em campo. Seguem alguns exemplos de ações e eixos de intervenção que podem ser escolhidos pelos parlamentares. Essa lista pode ser completada e aprimorada pelos parlamentares membros COPA.

⁵² SITEAL, *La escuela y los adolescentes, Informe sobre tendencias sociales y educativas en America Latine*, 2008, pp. 66-69, 2008, Disponível em: <http://www.siteal.iipe-oei.org/informetendencias/downloads/2008/AnexoEstadistico.pdf> (Acesso em: 27 jan. 2010, tradução livre).

⁵³ MINISTÈRE DES AFFAIRES INDIENNES ET DU NORD CANADA, *L'éducation [A Educação]*, Gouvernement du Canada, oct. 2006, [on-line], <http://www.ainc-inac.gc.ca/ai/mr/is/aedu-fra.asp> (Acesso em: 19 fev. 2010).

⁵⁴ CENTER FOR LABOR MARKET STUDIES, *Left Behind: The Nation's Dropout Crisis*, 2009, p.8, Disponível em: http://www.clms.neu.edu/publication/documents/CLMS_2009_Dropout_Report.pdf (Acesso em: 16 abr. 2010).

⁵⁵ Camilla CROSO, *Universalizar el acceso y completar la educación secundaria. Entre la meta social y la realidad latinoamericana*, SITEAL, p. 3, 2010, Disponível em: http://www.siteal.iipe-oei.org/modulos/DebatesV1/upload//deb_123/art_89/SITEAL090302b.pdf (Acesso em: 29 jan. 2010).

2.4.1 Âmbito de ação legislativa

Os parlamentares da COPA poderiam:

- Instaurar leis que obriguem os jovens a frequentar a escola até uma idade mínima e zelar para que essas leis sejam aplicadas.
- Legislar para restringir o número de horas trabalhadas pelos alunos que ainda não tenham atingido a faixa etária mínima de frequência escolar obrigatória.
- Instaurar medidas legislativas que incitam o aproveitamento acadêmico dos alunos e assegurar a implantação adequada de tais medidas.
- Em todas essas medidas, assegurar-se de que sejam considerados os jovens mais vulneráveis e que sejam visadas as famílias cujos pais têm baixo nível de escolarização.

2.4.2 Âmbito de controle do governo

Os parlamentares poderiam:

- Verificar se os jovens com dificuldades de aprendizagem podem ter acesso a outros programas de formação mais especializados, profissionais ou técnicos.
- Assegurar-se que o Estado dispõe de um plano de combate à evasão escolar, programas de reinserção escolar e/ou um plano de ação que vise aumentar a taxa de frequência.
- Assegurar-se que seu Estado respeita seus compromissos internacionais na área da educação.
- Verificar se existem mecanismos de supervisão, avaliação de programas instaurados e melhoria de governança de redes educacionais.
- Zelar pelas escolas de seus territórios para que disponham de materiais pedagógico, informático e tecnológico adequados.
- Zelar pelo financiamento público consagrado à educação em seus Estados para que seja suficiente.
- Zelar pelo corpo docente para que tenha acesso a formação de qualidade.
- Fazer com que o número de docentes cresça, oferecendo-lhes concomitantemente uma remuneração e condições de emprego vantajosas.

2.4.3 Âmbito da representação da população e da consideração das questões de interesse público

Os parlamentares poderiam:

- Informar-se sobre a situação real, em seus territórios, relacionada à frequência e ao aproveitamento acadêmico no nível secundário (11 anos de estudos)
- Destacar a importância de um processo de avaliação de redes de ensino secundário (11 anos de estudo).
- Informar-se sobre a situação dos docentes em seus Estados e também da maneira como o governo intervém, a fim de introduzir corretivos necessários vinculados à formação, à remuneração e às condições de trabalho dos professores.
- Assegurar-se que os jovens que abandonam os estudos possam ter acesso a oportunidades de reintegrar o ensino.



RUMO À ELIMINAÇÃO
DA DISPARIDADE
SALARIAL ENTRE
GÊNEROS

3. ELIMINAÇÃO DA DISCREPÂNCIA SALARIAL ENTRE GÊNEROS

3.1 Objetivo

- Mobilizar os parlamentares das Américas a fim de que contribuam para a redução da disparidade salarial entre gêneros em seus respectivos Estados através da:
 - a) Adoção e implantação de leis sobre a igualdade salarial;
 - b) Estabelecimento e controle do respeito dos salários mínimos.

3.2 Enunciado da problemática

O desenvolvimento das coletividades começa pela participação ativa de todos os integrantes da sociedade nas atividades econômicas de um Estado, e isso, sem discriminação. As mulheres exercem um papel cada vez maior e essencial nas dinâmicas do mercado de trabalho, contribuindo então para a propulsão econômica de seus Estados. Desde que as mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho, suas rendas têm progressivamente crescido. No entanto, elas continuam sendo vítimas de discriminação e recebendo um salário médio inferior ao dos homens.

O lugar das mulheres no mercado de trabalho e sua remuneração não são problemáticas recentes. Logo na década de 50, várias convenções internacionais trataram principalmente da justiça salarial entre gêneros, como a Convenção sobre Igualdade de Remuneração (C100) adotada em 1951 pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Uma série de encontros e acordos internacionais foram realizados com o objetivo de combater à discriminação entre gêneros no mundo do trabalho, entre eles, a Convenção sobre Discriminação em matéria de emprego e ocupação (C-111) adotada em 1958. Em seguida, em 1979, houve a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral da ONU, que reitera “o direito à igualdade de remuneração, incluindo benefícios, e à igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho”⁵⁶.

Passados cerca de 20 anos, o comprometimento de distintas nações em prol da igualdade entre gêneros foi reiterado através da adoção por consenso da Declaração e do Plano de Ação de Beijing, em setembro de 1995. O Artigo 165 da Declaração assinada pelos 189 Estados exorta-os a “promulgar e fazer cumprir leis que garantam os direitos das mulheres e dos homens a uma remuneração igual pelo mesmo trabalho ou por trabalho de igual valor”⁵⁷. As distintas organizações internacionais prestam contas regularmente dos progressos realizados em virtude da Declaração de Beijing. Tendo em vista as comemorações do 15º aniversário de adoção da Declaração, a Comissão Econômica para a América Latina e para o Caribe (CEPALC) fez um balanço por região cujas principais conclusões são⁵⁸:

⁵⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes*, New York, 1979, *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW)*, Nova Iorque, 1979, Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm> (Acesso em: 14 oct. 2010).

⁵⁷ QUATRIÈME CONFÉRENCE MONDIALE SUR LES FEMMES (QUARTA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES), *Déclaration de Beijing (Declaração de Pequim)*, set. 1995, Beijing, p. 73, Disponível em: <http://www.eclac.cl/mujer/noticias/paginas/8/36338/BDPFAF.pdf> (Acesso em: 16 fev. 2010).

⁵⁸ ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, DIVISION FOR GENDER AFFAIRS, *Review of the implementation of the Beijing declaration and platform for action and the outcome of the twenty-third special session of the General Assembly in latin American and Caribbean countries*, 2009, p. 12-13, Disponível em:

- Um crescente número de mulheres residentes em zonas urbanas tem salários próprios.
- A disparidade salarial entre gêneros (acima de 30% em vários Estados) revela que as mulheres ganham menos que os homens, embora exerçam as mesmas tarefas e tenham formação semelhante⁵⁹.

O hiato salarial é definido como “a diferença entre os salários médios dos homens e dos salários médios das mulheres”⁶⁰. Existem dois princípios que constituem os fundamentos da diminuição das discrepâncias salariais. O princípio de **remuneração igual** significa que para um trabalho igual, das pessoas de sexos distintos, dotadas de competências e experiências equivalentes, devem receber remuneração igual. O princípio de **equidade salarial** significa que uma remuneração igual é efetuada para um trabalho de valor equivalente. Embora **equidade salarial** conste na maioria dos acordos internacionais, alguns Estados têm dificuldades de aplicar o princípio de remuneração igual. A utilização do indicador de disparidade salarial tem a vantagem de retratar uma visão geral da situação das mulheres no mercado de trabalho. Além do mais, esse indicador envolve medidas de equidade e de igualdade salarial, e implica também em vários fatores socioeconômicos vinculados à condição feminina que precisam ser considerados.

Em nível mundial, a disparidade salarial entre gêneros está calculada em cerca de 17%⁶¹. O quadro a seguir é um esboço das discrepâncias constatadas nas Américas.

Quadro 8: Discrepâncias salariais entre gêneros⁶²

País	Ano	Discrepância salarial em prol do homem (%)
Brasil	2004	17,7
Canada	2006	27,5
Colombia	2006	21,5
Costa Rica ⁶³	2006	-2,2
El Salvador	2004	19,0
México	2006	15,5
Panamá	2006	3,8
Paraguay	2003	31,3
United States	2007	22,4

No entanto, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta para o risco de comparar Estados, ainda que o atraso salarial das mulheres seja incontestável, pois, segundo essa entidade:

Torna-se difícilimo comparar as disparidades salariais entre países, pois na grande maioria das vezes, os dados estatísticos exatos são insuficientes ou atribuem-se

<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing15/docs/ECLACBeijing15.pdf?OpenAgent&DS=ECE/AC.28/2009/3&Lang=E> (Acesso em: 16 fev. 2010).

⁵⁹ A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) destaca que determinados países adotaram leis que visam eliminar esse tipo de discriminação, dentre eles, Chile e Cuba.

⁶⁰ BUREAU DU CONSEIL EXÉCUTIF, *L’initiative de réduction de l’écart salarial [A Iniciativa da Redução da Disparidade Salarial]*, Gouvernement du Nouveau-Brunswick, Disponível em: <http://www.gnb.ca/0012/Womens-Issues/wg-es/faq-f.asp#faq1> (Acesso em: 18 fev. 2010). Observa-se que alguns Estados ou organismos utilizam o salário mediano ao invés de salário médio para calcular as disparidades salariais.

⁶¹ INTERNATIONAL TRADE UNION CONFEDERATION, « The Global Gender Pay Gap », *ITUC Report*, Fev. 2008, Bruxelas, p. 7. Disponível em: <http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/gap-1.pdf> (Acesso em: 16 fev. 2010).

⁶² *Ibid*, p. 21.

⁶³ Segundo a Confederação, o desnível negativo atribuído à Costa Rica deve-se ao fato da existência da economia informal no país. Conseqüentemente, as rendas geradas pelas mulheres nesse contexto não são contabilizadas nas estatísticas oficiais.

*exclusivamente ao país concernido. Nada pode ser, então, concluído de maneira definitiva sobre a magnitude das discrepâncias salariais entre gêneros. Contudo, em níveis nacionais existem suficientemente dados comprobatórios da persistência das disparidades salariais.*⁶⁴

A Comissão Econômica para a América Latina e para o Caribe (CEPALC) publicou dados sobre os desníveis salariais entre homens e mulheres. Esses dados referem-se às mulheres assalariadas de zonas urbanas de 20 a 49 anos de idade com carga horária mínima de 35 horas de trabalho por semana. A renda dessas mulheres é comparada à de homens com as mesmas características. Os resultados dessa pesquisa estão relatados no Anexo 4 do presente documento. Observa-se que em alguns Estados esta realidade está em regressão, ao passo que outros está em evolução ou estagnação. Isso revela que a igualdade de gêneros em termos salariais ainda não é fato consumado.

No que diz respeito à América do Norte, o Congresso do Trabalho do Canadá (CTC) constatou que, em 2005, a remuneração média anual das mulheres canadenses com trabalho tempo integral foi de Can\$39.200,00⁶⁵, e que a dos homens foi de Can\$55.700,00⁶⁶, sendo que essa disparidade é de 29,5%. Trata-se de um retrocesso comparado à metade da década de 90, quando então as mulheres ganhavam 72% do salário dos homens (disparidade de 28%). O mesmo aconteceu com as mulheres com formação universitária que ganhavam 68% do salário dos homens em 2005, comparados a 75% há dez anos. Ainda segundo dados do CTC, o hiato salarial canadense é o 5º maior dos Estados da OCDE⁶⁷.

Nos Estados Unidos, o *Institute for Women's Policy Research* calculou a disparidade salarial anual entre gêneros baseado no salário médio dos trabalhadores tempo integral. Essas estatísticas revelam que as mulheres ganham, em média, 77,1% do salário dos homens. Essa disparidade, calculada por semana, é de 79,9%⁶⁸.

Pode-se então confirmar que a discriminação profissional dirigida às mulheres existe e que elas exercem ainda empregos precários⁶⁹. Além desse peso econômico, as mulheres são obrigadas a conciliar suas atividades profissionais com tarefas não remuneradas exigidas por suas famílias e pela coletividade. A diminuição da disparidade salarial torna-se uma condição prévia à aquisição, para as próprias mulheres, de uma autonomia financeira necessária a fim de romper o ciclo da dependência econômica e proporcionando-

⁶⁴ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Tendances mondiales de l'emploi des femmes [Tendências Mundias do Emprego das Mulheres]*, mar. 2009, 2009, Genebra, p. 20, Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_105176.pdf (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁶⁵ A título indicativo, CAD\$39.200,00 (Dólares Canadenses) equivalem a R\$64.252,72 (Reais). Disponível em: <http://www.bankofcanada.ca/fr/taux/echange.html> (Acesso em: 18 oct. 2010).

⁶⁶ A título indicativo, CAD\$55.700,00 (Dólares Canadenses) equivalem a R\$91.297,87 (Reais). Disponível em: <http://www.bankofcanada.ca/fr/taux/echange.html> (Acesso em: 18 oct. 2010).

⁶⁷ CONGRÈS DU TRAVAIL DU CANADA, *Women in the Workforce: Still a Long Way from Equality, Introduction and Summary*, 2008, Disponível em: <http://www.canadianlabour.ca/news-room/editorial/women-workforce-still-long-way-equality> (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁶⁸ INSTITUTE FOR WOMEN'S POLICY RESEARCH, *The Gender Wage Gap: 2008*, septembre 2009, Disponível em: <http://www.iwpr.org/pdf/C350.pdf> (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁶⁹ Mary CORNISH, « Pour en finir avec les discriminations sexuelles sur le marché du travail: intégrer une démarche soucieuse d'équité entre les sexes dans les lois et les institutions parlementaires » [Para eliminar as discriminações sexuais no mercado de trabalho: integrar iniciativas dotadas de equidade entre gêneros nas leis e nas instituições parlamentares], *Les femmes et le travail, Séminaire à l'intention des membres des instances parlementaires traitant de l'égalité des sexes et des commissions traitant des questions de l'emploi* [As mulheres e o trabalho, Seminário para membros de instâncias parlamentares em prol da igualdade de gêneros e de comissões sobre questões de emprego], Genebra, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e União Interparlamentar (UIP), 6-8 dez. 2007, pp. 46-47 Disponível em: http://www.ipu.org/pdf/publications/womenwork_fr.pdf (Acesso em: 15 fev. 2010).

lhes, então, a oportunidade de saírem dessa desdita que é a pobreza, a exploração ou a violência. A melhoria das condições de vida das mulheres contribui para que elas possam se tornar cidadãs com todos os direitos de sua categoria e, conseqüentemente, participem plenamente da propulsão econômica de seus respectivos Estado. A adoção e aplicação de leis sobre a igualdade salarial e salário mínimo constituem a primeira etapa para a conquista desse objetivo.

3.3 Principais problemáticas

As problemáticas que envolvem as mulheres e seu espaço no mercado de trabalho são muitas e a questão salarial está tão intrinsecamente vinculada à cultura quanto à conjuntura. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) uma série de fatores:

... explica, em boa parte, as disparidades salariais, principalmente a profissão, a idade, o nível de instrução, a experiência profissional e o tempo de serviço, o tempo de prática profissional, a formação, a segregação profissional, etc. Outros fatores – tais como as práticas e as regulamentações relacionadas à vida profissional e familiar, os serviços de pré-escola e outros direitos sociais –, exercem um papel importante na participação das mulheres junto à população ativa, em suas escolhas profissionais e nas características do emprego que influenciam as disparidades entre gêneros⁷⁰.

Algumas problemáticas às quais os parlamentares poderiam se dedicar são:

3.3.1 Problemáticas sistêmicas e organizacionais

3.3.1.1 Limites impostos aos sindicatos

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) destaca que “limites impostos aos sindicatos de trabalho independentes são desfavoráveis às mulheres”⁷¹. Segundo essa entidade, menos de 40% da mão-de-obra do mundo todo é sindicalizada, ao passo que apenas 19% das mulheres pertencem a um sindicato⁷². Ao citar os casos da Austrália, de Uganda, Honduras e Espanha, a UNIFEM enfatiza que as campanhas de sensibilização dos sindicatos são frequentemente voltadas para as discrepâncias salariais, proteção das mães e atendimento às crianças.

A Confederação Sindical Internacional (CSI) afirma que participar de um sindicato tem efeito positivo em relação de discrepâncias salariais entre gêneros, já que na maioria dos Estados a disparidade salarial é menor dentre sindicalizados do que não sindicalizados⁷³. Ao beneficiar-se da propulsão de uma organização especializada em relações trabalhistas, as mulheres sindicalizadas conquistam ainda mais ganhos salariais, ao invés de atuar e negociar isoladamente.

⁷⁰ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Tendances mondiales de l'emploi des femmes [Tendências Mundias do Emprego das Mulheres]*, mar. 2009, 2009, Genebra, p. 18, Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_105176.pdf (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁷¹ UNIFEM, *Le progrès des femmes à travers le monde, Qui est responsable envers les femmes? Genre et redevabilité [O progresso das mulheres no mundo. Quem responde às mulheres? Gênero e compromisso]* 2009, pp. 60-61, Disponível em: http://www.unifem.org/progress/2008/media/POWW08_Report_Full_Text_fr.pdf (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁷² *Loc. cit.*

⁷³ INTERNATIONAL TRADE UNION CONFEDERATION, *op. cit.*, p. 10.

3.3.1.2 Participação das mulheres na economia informal e na distribuição de empregos

De 1990 a 2001, 69% dos novos empregos criados na América Latina foram empregos informais, setor em há muitas mulheres⁷⁴. A economia informal inclui as atividades econômicas de trabalhadores “que não são cobertos, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais”⁷⁵. Desse modo, as mulheres “continuam concentradas em setores ‘invisíveis’ do trabalho informal, como trabalho doméstico (...) e outros trabalhos precários caracterizados pela baixa, irregular ou inexistente remuneração”⁷⁶.

Os Estados em que há uma intensa economia informal revelam, normalmente, menores disparidades salariais, no entanto, esses dados estatísticos não retratam a realidade. Além da baixa remuneração do setor informal, as mulheres devem adaptar-se a condições de trabalho “na maioria das vezes péssimas” e ainda por cima não beneficiam de medidas de previdência social alguma⁷⁷. Segundo alguns estudos da OIT, a existência de um salário mínimo tem efeito positivo nas mulheres que trabalham na economia informal, pois esse salário serve frequentemente de referência para empregados e trabalhadores, inclusive a todos que trabalham nesse setor⁷⁸.

Além de sofrer os efeitos da economia informal, as profissões predominantemente femininas fazem perdurar a discrepância salarial. Nas regiões latino-americana e caribenha, a segregação ocupacional das mulheres, que as confinava a empregos tradicionalmente femininos, como, trabalhos de escritório ou trabalhos domésticos, é reconhecida como um elemento de coibição da igualdade no mercado de trabalho⁷⁹. Além do mais, “tanto no setor informal como no formal da economia, os homens ficam com o melhor pedaço do bolo dos empregos “produtivos” e são melhor remunerados”⁸⁰. Essa situação influencia infalivelmente os cálculos de disparidades salariais.

3.3.1.3 Sistema de economia mundial

Várias pesquisas citam o sistema de economia mundial como fator que pode contribuir para o aumento da disparidade salarial. Segundo as projeções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para 2009, esperava-se um ano difícil para as mulheres devido à crise econômica⁸¹. No entanto, a UNIFEM relembra que:

Os poderes públicos destacam que sua aptidão de proteger os direitos dos trabalhadores e exercer um papel de superviceres do mercado fica restrito devido ao

⁷⁴ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, Femmes, égalité entre les sexes et économie informelle: évaluation des recherches menées par l’OIT et proposition concernant la marche à suivre [Mulheres, igualdade de gêneros e economia informal: avaliação das pesquisas feitas pela OIT e propostas sobre os andamentos a serem dados], 2008 http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---gender/documents/publication/wcms_097014.pdf (Acesso em: 30 avr. 2010).

⁷⁵ *Id.*, *Guide des ressources sur l’économie informelle*, 2008, Disponível em: <http://www.ilo.org/public/french/support/lib/resource/subject/informal.htm> (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁷⁶ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *op. cit.*

⁷⁷ Jon C. MESSENGER, « Évolution des modèles dans le monde du travail: femmes, hommes et conditions de travail », *Les femmes et le travail, Séminaire à l’intention des membres des instances parlementaires traitant de l’égalité des sexes et des commissions traitant des questions de l’emploi* [As mulheres e o trabalho, Seminário para membros de instâncias parlamentares voltadas à igualdade de gêneros e de comissões sobre questões de emprego], Genebra, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e União Interparlamentar (UIP), 6-8 dez. 2007, p. 33 Disponível em: http://www.ipu.org/pdf/publications/womenwork_fr.pdf (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁷⁸ *Ibid.*, p. 32.

⁷⁹ Claudia PIRAS, *Women at work, Challenges for Latin America*, Washington, Inter-American Development Bank, 2004, p. 13, Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=802030> (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁸⁰ Mary CORNISH, *op. cit.*, p. 47.

⁸¹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Tendências mundiais de l’emploi des femmes [Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres]*, mar. 2009, 2009, Genebra, p. 34, Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_105176.pdf (Acesso em: 17 fev. 2010).

*crescimento das dimensões e da potência das empresas. Salientam também que eles encontram-se vinculados pelos termos dos acordos de livre comércio bilaterais, regionais e internacionais dos quais são signatário*⁸².

Segundo essa entidade, os esforços dos Estados para despertar o interesse de investidores estrangeiros não estão todavia “necessariamente em conflito com a gestão dos mercados com fins sociais”⁸³. Desse modo, a UNIFEM salienta que:

*Porém, o custo da proteção dos direitos do trabalho, a sólida capacidade das instituições do Estado exigida e a conseqüente mão-de-obra dotada de empoderamento são, às vezes, vistos como impecilhos sobre o capital. Esse ponto de vista é, às vezes, apresentado pelos partidários da globalização econômica para justificar medidas, tais como, a diminuição das prestações de serviços públicos e impedir reivindicações de trabalhadores vinculadas às normas mínimas do trabalho*⁸⁴.

Há vários anos que os organismos preocupados com a condição feminina soaram o alarme diante do risco potencial de diluição das conquistas das mulheres provocada pela globalização. Uma debilitação do Estado decorrente das forças do mercado e do comércio internacional teria várias conseqüências para a condição feminina. Dentre essas conseqüências, está a perda de empregos de qualidade e o retorno da mulher para “um terceiro setor amplamente feminino e de menor remuneração”, a volta às responsabilidades vinculadas às pessoas doentes e aos idosos de suas famílias e uma redução das políticas universais⁸⁵. Esses fenômenos são susceptíveis de contribuir para a criação de disparidades salariais, ampliando então a disparidade salarial entre mulheres e homens.

Essas preocupações legítimas exerceram um importante papel nas discussões que levaram à criação da COPA. Os parlamentos, instituições chaves da democracia representativa, sentiram-se diretamente visados pela implantação dos processos de integração econômica regionais que, a longo prazo, transformariam o contexto regional e continental. A globalização tem o potencial de ser concretizada respeitando-se os direitos. A integração continental decorrente da globalização possibilita, às vezes, o desenvolvimento econômico e social, ou seja, um desenvolvimento ocorrido respeitando-se o aspecto sexo-específico integrado às políticas econômicas e aos programas. Esse é o motivo pelo qual é importante que os parlamentares dediquem atenção particular à maneira como a globalização é feita, pois exercem um papel primordial na obtenção de benefícios para as populações e a proteção de seus direitos.

⁸² UNIFEM, *Le progrès des femmes à travers le monde, Qui est responsable envers les femmes? Genre et redevabilité*, [O progresso das mulheres no mundo. Quem responde às mulheres? Gênero e compromisso], 2009, pp. 60-60, Disponível em: http://www.unifem.org/progress/2008/media/POWW08_Report_Full_Text_fr.pdf (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁸³ *Ibid.*, p. 59.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 60.

⁸⁵ Diane LAVALLÉE, *Communication de la présidente du Conseil du statut de la femme [Apresentação da presidente do Conselho do Estatuto da Mulher]*, Diane Lavallée, « Mondialisation: menace ou opportunité pour les femmes? [Globalização: ameaça ou oportunidade para as mulheres?] », 3^e Colloque international des recherches féministes francophones [3^o Colóquio Internacional de Pesquisas Feministas Francófonas], Université Toulouse II-Le Miral, 2002, p. 12.

3.3.2 Problemáticas socioeconômicas

3.3.2.1 Preconceitos

No mundo todo, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho são aparentemente derivadas de antigos paradigmas arraigados na consciência coletiva. Ainda hoje em dia, as mulheres são objetos de preconceitos, pois às vezes são vistas como, antes e acima de tudo, mães de família; uma categorização que frequentemente fica subentendido que são menos produtivas e menos competentes⁸⁶. Além do mais, o fato que tanto os empregadores como os líderes políticos e sindicais serem adeptos da imagem do homem como principal meio de subsistência, apesar das realidades *in loco*, contribui para que as mulheres sejam designadas a empregos de menor remuneração e os homens a salários mais elevados⁸⁷. Uma mudança nas atitudes e nas idéias preconcebidas é, inicialmente, necessária para que a disparidade salarial seja reduzida no decorrer dos próximos anos.

3.3.2.2 Conciliação trabalho-família

As mulheres, além de atualmente terem de se integrar ao mercado de trabalho, têm mais responsabilidades familiares do que os homens. A conciliação trabalho-família torna-se, então uma problemática-chave para favorecer a integração das mulheres ao mercado de trabalho e melhorar suas condições. Na verdade, “as mulheres podem não estar em condições de competir no mesmo pé de igualdade com seus colegas masculinos, porque elas não podem dedicar tanto tempo quanto os homens ao trabalho, porque elas continuam responsáveis pela maioria das tarefas domésticas e cuidado com filhos”⁸⁸. Uma das consequências desse fato consumado é que as mulheres sentem-se obrigadas, de modo geral, a trabalhar menos horas do que os homens⁸⁹.

As mulheres trabalhadoras devem ter acesso a medidas que favoreçam sua integração ao trabalho, tais como, horários flexíveis e acesso a serviços de pré-escola. Vários autores são da opinião que os homens deveriam também tomar consciência de suas responsabilidades em seus lares e em suas próprias famílias, possibilitando assim uma partilha das tarefas familiares. Os empregadores também devem exercer um papel, devendo ser sensibilizados a essa situação para que assim, eles contribuam para uma integração mais equitativa das mulheres no mundo do trabalho e para torná-las economicamente autônomas.

3.4 Eixos de intervenção e pistas de ação para os parlamentares

Os textos legislativos de todos os Estados das Américas contêm disposições que proíbem a discriminação salarial sexista. No entanto, a maioria dessas leis continua vaga. Em 2006, as mulheres parlamentares das Américas tiveram a oportunidade de analisar a evolução da aplicação da *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW)*. Constataram, então, que vários Estados adotaram legislações de proteção das mulheres contra a discriminação ou de incitação a uma melhor justiça social. No Panamá, o princípio de igualdade salarial sem distinção de sexo está inscrito na Constituição. O Canadá também adotou uma série de medidas legislativas de mesmo cunho, por exemplo, a Lei Canadense de Direitos Humanos, o Despacho de 1986 sobre Paridade Salarial. Na Argentina, a mão-de-obra feminina tem direito a uma remuneração igual para um trabalho de igual valia. No Equador, esse princípio encontra-se introduzido na

⁸⁶ Naila KABEER, « Gender, Labour Markets and Poverty: an overview », *Poverty in Focus, Gender Equality*, N° 13, jan. 2008, pp. 3-4, Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCPovertyInFocus13.pdf> (Acesso em: 17 fev. 2010).

⁸⁷ *Loc. cit.*

⁸⁸ UNIFEM, , *op. cit.*, p. 55.

⁸⁹ MESSENGER, Jon C., *op. cit.*, pp. 46-47.

Constituição do país⁹⁰. Por fim, em Quebec, uma série de medidas legislativas, entre elas a Lei de Equidade Salarial de 1996, foram adotadas com o propósito de alcançar a equidade salarial entre gêneros tanto no setor público como no privado⁹¹.

Vários países das Américas dispõem, há várias décadas, de leis que estabelecem um salário mínimo. No entanto, a aplicação dessas leis é diversa e o valor do salário mínimo pode oscilar conforme o ritmo e o rumo das tendências econômicas e políticas. Um estudo realizado pela Organização Mundial do Trabalho (OIT) revela que a implantação dessas leis em determinados países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) foi feita com êxito moderado a moderado elevado⁹². Porém, a introdução e o respeito de um salário mínimo é um fator que pode auxiliar na redução da disparidade salarial entre gêneros. Na realidade, esse salário básico constitui uma unidade de medida comumente empregada tanto para negociar convenções coletivas como para servir de patamar mínimo de remuneração equitativa⁹³.

Além desses dois tipos de iniciativas principais, uma série de ações pode ser concretizada em favor da melhoria do futuro das mulheres no mercado de trabalho e da redução significativa das disparidades salariais. Um dos princípios diretivos reconhecidos internacionalmente é o de que "os poderes públicos devem elaborar e implantar leis trabalhistas em conformidade com as modalidades que acatam a equidade de gêneros"⁹⁴. A abordagem dos líderes deve, então, ser pluridimensional e implicar um grande número de lideranças e participantes. Seguem alguns exemplos de intervenções e de ações que podem favorecer uma redução substancial da disparidade salarial entre gêneros; e para tanto:

Os parlamentares devem analisar as questões que lhes são submetidas, mantendo sempre em mente a perspectiva das questões de equidade de sexos, e analisar novos projetos de orçamentos e de leis ou de políticas governamentais e também efetuar a revisão de textos vigentes, a fim de definir se são favoráveis ou contrários aos princípios da emancipação e igualdade econômica das mulheres⁹⁵.

Seguem algumas pistas de ações ou possíveis eixos de intervenção que poderiam ser escolhidos pelos parlamentares para que conquistem os objetivos citados na presente seção. Esta lista pode ser completada ou aprimorada pelos parlamentares membros da COPA.

3.4.1 Âmbito de ação legislativa

Os parlamentares poderiam:

- Instaurar leis de igualdade salarial, leis que estabeleçam um salário mínimo significativo e leis que protejam as mulheres grávidas em seus trabalhos.
- Zelar pela aplicação dessas leis.

⁹⁰ Lucero SALDAÑA PÉREZ, *Rapport sur l'application de la Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes (CEDEF)[Relatório sobre a implantação da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW)]*, Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, Quito, 2006, Disponível em: <http://www.feminamericas.net/PO/atividades/2006/DOC-VI-Reunionannuelle-p.html>

(Acesso em: 18 fev. 2010).

⁹¹ Para consultar os textos de lei, clique em http://www.ces.gouv.qc.ca/apropos/loi_05.asp.

⁹² Damian GRIMSHAW et Marcelo MIOZZO, *Minimum wages and pay equity in Latin America*, Genebra, International Labour Office, 2003, p. 6.

⁹³ *Ibid.*, p. 8.

⁹⁴ Mary CORNISH, *op. cit.*, p. 49.

⁹⁵ *Loc. cit.*

- Adotar legislações que proíbam a discriminação baseada no sexo e que imponham a obrigação de implantar a igualdade salarial nos setores públicos e privados.
- Analisar sistematicamente os efeitos diversos que um projeto de lei e principalmente um projeto de orçamento pode exercer nos homens e nas mulheres.
- Suscitar a criação de comissões parlamentares sobre a condição feminina com o propósito de suscitar a reflexão e a ação referentes às distintas problemáticas da questão.
- Lançar iniciativas que melhorem as condições de vida e de emprego das mulheres que trabalham na economia informal.

3.4.2 Âmbito de controle do governo

Os parlamentares poderiam:

- Assegurar-se que os governos elaborem e utilizem ferramentas de análise diferenciada por gênero.
- Favorecer a criação de entidades governamentais responsáveis de supervisionar a aplicação das leis sobre a igualdade no emprego, por exemplo, comissões de igualdade salarial.
- Questionar os governos sobre as consequências dos acordos comerciais regionais, bilaterais e internacionais exercidas na mão-de-obra feminina.
- Zelar pela efetivação dos acordos e compromissos internacionais na área da condição feminina.
- Incentivar a participação das mulheres parlamentares na negociação de acordos comerciais internacionais.
- Zelar pela implantação de medidas e programas que facilitam a conciliação trabalho-família, por exemplo, criação de pré-escolas, implantação de regimes de licenças parentais, reorganização dos horários de trabalho, etc.
- Incentivar a implantação de medidas que favoreçam o acesso à educação para as mulheres e a possibilidade de reorientar suas carreiras.
- Assegurar que as mulheres tenham acesso a um sistema de justiça e restituição, em caso de desrespeito de seus direitos.

3.4.3 Âmbito da representação da população e da consideração das questões de interesse público

Os parlamentares poderiam:

- Suscitar a análise pública dos acordos internacionais, mantendo sempre em mente a perspectiva das consequências que esses acordos podem exercer na situação das mulheres no trabalho.
- Favorecer a partilha de boas práticas na área da diminuição das disparidades salariais.
- Incentivar a reflexão e a mobilização sobre esse assunto junto aos líderes empresariais, sindicatos, parlamentares e sociedade civil.
- Colaborar para as diversas campanhas de sensibilização sobre a partilha de tarefas familiares entre homens e mulheres.
- Facilitar as iniciativas de igualdade salarial junto ao funcionalismo público e à empresa privada, e suscitar a reflexão sobre o princípio de equidade salarial.
- Interessar-se pelas problemáticas vinculadas ao trabalho precário e ao lugar ocupado pelas mulheres na economia informal, e contribuir para a busca de soluções para a melhoria da situação das mulheres.
- Participar das conquistas das mulheres, a fim de criar modelos a serem seguidos pela nova geração de moças jovens.
- Favorecer um ambiente que contribua para a eliminação de barreiras à sindicalização e à negociação coletiva nas áreas de empregos de predominância feminina.



PROTEÇÃO DOS
RECURSOS HÍDRICOS

4. PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

4.1 Objetivos

Mobilizar os parlamentares para que contribuam para:

- Assegurar um acesso sustentável e equitativo à água de qualidade a toda a população das Américas.
- Dotar seus respectivos Estados de uma lei de proteção dos recursos hídricos de seu território.

4.2 Enunciado da problemática

No mundo todo, o acesso à água potável é um assunto central das discussões. A água é indispensável ao desenvolvimento humano e econômico, e também à sobrevivência dos ecossistemas do nosso planeta e sua escassez torna-se uma problemática considerável⁹⁶.

A partir da década de 70, as organizações internacionais passaram a discutir sobre a problemática da água. Em 1972, na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*, em Estocolmo, os líderes acordaram sobre dois grandes princípios relacionados aos recursos hídricos:

1. "A água dever ser administrada de maneira que permaneça disponível às necessidades do homem e dos ecossistemas, para as gerações presentes e futuras";
2. "Todos devem poder ter acesso de maneira sustentável aos serviços hídricos, principalmente à distribuição e ao saneamento hídrico apropriados e a custo abordável"⁹⁷.

Várias décadas mais tarde, em 2002, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas dedica-se à questão dos recursos hídricos, reconhecendo que esses recursos representam um direito essencial a uma vida digna e saudável. O direito à água implica, então, num "abastecimento suficiente, fisicamente acessível e a um custo abordável, de água salubre e de qualidade aceitável para o uso pessoal e doméstico de cada indivíduo"⁹⁸.

Com a crescente preocupação das nações em relação aos recursos hídricos, o acesso à água potável de qualidade passa a ser parte integrante dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁹⁹. O Objetivo 7 da ONU, que consistem em assegurar um desenvolvimento sustentável, visa reduzir pela metade a "proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário"¹⁰⁰.

⁹⁶ OCDE, *De l'eau pour tous, Perspectives de l'OCDE sur la tarification et le financement [Água para todos, Perspectivas da OCDE sobre tarifa e financiamento]*, Éditions OCDE, Paris, 2009, p. 14. Disponível em: <http://oberon.sourceocde.org/vl=1376072/cl=25/nw=1/rpsv/cw/vhosts/ocdthemes/99980266/v2009n2/contp1-1.htm> (Acesso em: 3 mar. 2010).

⁹⁷ *Ibid.*, p. 40.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 36.

⁹⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, DIVISÃO DE ESTATÍSTICAS DAS NAÇÕES UNIDAS, *Objectifs du millénaire pour le développement [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Relatório 2009]*, Disponível em: 2009, p. 45, http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2009/MDG_Report_2009_Fr.pdf (Acesso em: 4 mar. 2010).

¹⁰⁰ *Loc. cit.*

Em julho de 2010, a ONU reconheceu que o acesso à água de qualidade e às instalações sanitárias como um direito humano. Após 15 anos de debates sobre a questão, a proposta de resolução apresentada pela Bolívia foi aprovada por 122 votos de países a favor e 41 abstenções¹⁰¹.

As Américas contam com importantes reservas hídricas. A título de exemplo, nas regiões latino-americana e caribense existem uma das maiores concentrações de recursos hídricos, ou seja, mais de 30% dos recursos hídricos do mundo para 10% da população mundial¹⁰². Em relação ao Canadá e aos Estados Unidos, nesses dois países juntos estão cerca de 12% das reservas mundiais de água¹⁰³.

Segundo o recente relatório da ONU sobre a evolução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o acesso à água potável melhorou muito na América Latina. Embora este relatório revele que o objetivo em termos de acesso está concretizado nas zonas urbanas, nessas mesmas regiões existem importantes problemas de gestão. Além do mais, embora as Américas sejam privilegiadas pela quantidade de água de que dispõem, comparadas com o resto do mundo, a distribuição desse recurso continua muito desnivelada e a diversidade dos usuários tem exercido grande pressão na região¹⁰⁴. Observa-se uma grande disparidade de acesso entre os zonas rurais e urbanas, e também entre diferentes cidades, províncias, estados, regiões ou municipalidades. Acima de tudo, a discrepância mais marcante é observada em função do nível de renda dos habitantes¹⁰⁵.

O Anexo 5 do presente documento retrata a evolução dos países com acesso à água saneada de 1990 a 2004. O quadro abaixo ilustra a evolução do índice de acesso a fontes de água saneada, do ponto de vista regional, de 1990 a 2002.

Quadro 9: Evolução de acesso sustentável à água saneada na América Latina e no Caribe¹⁰⁶

	Zona rural (%)	Zona urbana (%)	Total (%)
1990	58	93	83
2002	69	95	89

Apesar dos progressos constatados, tanto nas Américas como no resto do mundo, certas problemáticas são motivos de preocupação em relação à água de qualidade. Fatores, como, poluição, super exploração dos lençóis freáticos, crescimento demográfico e crescentes interferências da sociedade no ciclo hidrológico, pressões em prol de uma maior produção de produtos alimentícios e acelerada urbanização geram um estresse cada vez mais intenso na gestão dos recursos hídricos¹⁰⁷. Já em 2005, milhares de habitantes residiam em zonas de “severo estresse hídrico”¹⁰⁸. Daqui até 2030, serão mais de 1 bilhão de habitantes, além dos milhares já existentes em 2005, envolvendo 47% da população mundial. Essa

¹⁰¹ *Le Devoir*, « En bref- L'ONU consacre le droit à l'eau » [Em síntese, a ONU consagra o direito à água], 29 jul. 2010.

¹⁰² WORLD RESOURCES INSTITUTE, *Freshwater Resources 2005, 2007*, Disponível em: <http://earthtrends.wri.org/datatables/index.php?theme=2> (Acesso em: 9 abr. 2010).

¹⁰³ *Loc. cit.*

¹⁰⁴ ONU, *Objetivos de desarrollo del milenio, Avances en la sostenibilidad ambiental del desarrollo en América Latina y el Caribe*, 2010, p. 130, Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/38496/2009-696-ODM-7-completo.pdf> (Acesso em: 4 mar. 2010).

¹⁰⁵ *Loc. cit.*

¹⁰⁶ UN DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS STATISTIC DIVISION, *Progress towards the Millenium Development goals, 1990-2005, Goal 7 – Ensure environmental sustainability*, ONU, 2005, p. 12, Disponível em: http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Attach/Products/Progress2005/goal_7.pdf (Acesso em: 4 mar. 2010).

¹⁰⁷ OCDE, *op. cit.*, p. 14.

ONU, *op. cit.*, p. 200.

¹⁰⁸ A OCDE considera que uma região enfrenta sério estresse hídrico, quando nela houver menos de 1700 metros cúbicos de água por habitante. O patamar de escassez, segundo a OCDE, é de 1000 metros cúbicos por habitante.

previsão alarmante não considera os efeitos que as mudanças climáticas exercerão nos recursos hídricos mundiais¹⁰⁹.

Vários Estados devem, então, concentrar seus esforços para uma gestão moderada de seus níveis de consumo de água. De 1950 a 2009, a população mundial cresceu 2,7 e a captação de água 3,2¹¹⁰. Sendo assim,

A quantidade de água renovável disponível por habitante diminuiu no mundo todo. A redução do volume de precipitações pode ser uma explicativa parcial da diminuição desse recurso. No entanto, o motivo principal dessa mudança não é o clima, pois a população aumentou e os recursos renováveis permaneceram imutáveis¹¹¹.

Cabe observar que a água "captada" engloba toda água extraída de seu meio natural para atender às necessidades da população para consumo doméstico, agrícola, industrial ou outros. Uma vez essa água consumida, uma parte pode retornar, tratada ou não, para a natureza. O Anexo 6 ilustra os recursos hídricos disponíveis anualmente para cada país das Américas, sem que sua renovação represente uma ameaça, além dos níveis de captação anual real dos últimos anos, quando tais dados disponibilizados.

A água disponível tornou-se fonte de um crescente número de litígios entre Estados. Sendo assim, a ONU adotou, em 1997, a *Convenção sobre o Direito das Utilizações dos Cursos d'Água Internacionais para Fins Distintos da Navegação* cujo texto obriga:

Os Estados a tomarem as medidas apropriadas para prevenir danos que podem ser causados a outros pela sua utilização dos recursos hídricos. O princípio escolhido pelos legisladores da Comissão de Direito Internacional é considerado "princípio de soberania local reduzida": o Estado é livre de elaborar projetos de valorização dos recursos hídricos que passam por seu território, devendo, no entanto, empenhar-se em não comprometer os interesses de outros países adjacentes aos mesmos cursos d'água ou afluentes¹¹².

Não há consenso em relação à possibilidade de que os recursos hídricos possam se tornar fontes de conflitos entre Estados¹¹³.

¹⁰⁹ OCDE, *op. cit.*, p. 14.

¹¹⁰ Frédéric LASSERRE, *Écologie, irrigation, diplomatie, comment éviter les guerres de l'eau. L'eau au cœur des conflits du XXIe siècle [Ecologia, irrigação, diplomacia, como evitar as guerras d'água. A água como núcleo de conflitos do século XXI]*, Éditions Delavilla, 2009, p. 28.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 45.

¹¹² *Ibid.*, pp. 239-240.

¹¹³ Aaron T. WOLF, « Conflict and cooperation along international waterways », *Water Policy*, Vol. 1, N° 2, 1998, pp. 251-265, Disponível em: http://www.cawater-info.net/bk/water_law/pdf/wolf_e.pdf (Acesso em: 13 abril 2010).

4.3 Principais implicações

4.3.1 Problemáticas sistêmicas e organizacionais

4.3.1.1 Bacias transfronteiriças

Tanto nas Américas como em outros lugares, distintos Estados devem compartilhar o uso de um mesmo curso d'água, lagos ou lençóis subterrâneos. Na América do Norte, existem cerca de 40 bacias transfronteiriças¹¹⁴ e na América Latina 38. Algumas dessas bacias servem para abastecimento das populações circunvizinhas, outras podem ser fontes de tensões.

Com o decorrer dos anos, vários países convencionaram sobre a gestão de determinadas reservas em comum, ao passo que outras estão em litígio¹¹⁵. O aspecto difuso que caracteriza o direito internacional em relação à gestão da água, particularmente sobre os direitos e as responsabilidades de cada Estado, é responsável, em boa parte, por esses conflitos. Com efeito, várias doutrinas contraditórias na área do direito internacional foram pleiteadas por diversos países nos últimos anos. Por exemplo, a soberania territorial absoluta que estabelece que um Estado pode fazer o uso que bem entender da água presente em seu território, é muito provavelmente contraditória ao princípio da responsabilidade junto aos Estados a jāsante que têm direito a um fluxo fixo¹¹⁶. Os direitos e as responsabilidades de cada Estado são, às vezes, vagos e contraditórios. Esse problema é realçado por interesses nacionais às vezes divergentes e que evoluem conforme seu contexto.

4.3.1.2 Necessidades agrícolas, industriais e domésticas

As necessidades agrícolas, industriais e domésticas constituem as três grandes áreas de uso da água doce nos Estados das Américas. O Anexo 7 ilustra essa distribuição do uso da água. Em nível internacional, 70% dos recursos hídricos consumidos pelo homem concentram-se na agricultura. Desse modo, *“o uso da água por essas áreas deve fazer objeto de uma abordagem integrada [e] é importante dar sinais pertinentes à área agrícola para que possa utilizar a água de maneira mais eficiente ou para fazer evoluir seus modos de produção”*¹¹⁷. Uma gestão sustentável dos recursos hídricos pode ser feita principalmente através da utilização de técnicas de irrigação aprimoradas ou pelo cultivo de produtos melhor adaptados ao clima ambiente.

O uso da água para irrigação e os problemas de poluição, às vezes gerados pela atividade agrícola, podem então serem fontes de tensões entre os usuários de uma bacia hidrográfica. Assim também, o uso da água para fins industriais pode provocar a secagem progressiva das reservas em certas regiões, tornando mais difícil e oneroso o acesso à água potável para necessidades domésticas.

¹¹⁴ Uma bacia fluvial ou lacustre corresponde à zona receptora das precipitações que alimenta um sistema de curso d'água e fluvial que despeja suas águas numa mesma embocadura. No caso de bacias fluviais, trata-se geralmente do mar, mas também pode ser um plano d'água, como, lago ou mangue. Para um lençol freático, a bacia corresponde à zona de realimentação do lençol. PARTENARIAT MONDIAL DE L'EAU ET RÉSEAU INTERNATIONAL DES ORGANISMES DE BASSIN [PARCERIA MUNDIAL PARA A ÁGUA E REDE INTERNACIONAL DOS ORGANISMOS DE BACIA], *Manuel de gestion intégrée des ressources en eau par bassin [Manual de gestão integrado dos recursos hídricos por bacia]*, 2009, p. 9, Disponível em: <http://www.oieau.fr/IMG/pdf/GWP-RIOBManuelDeGIREparBassin.pdf> (Acesso em: 15 mar. 2010).

¹¹⁵ Catherine DROUIN, *Ressources d'eau transfrontalière d'Amérique du Nord: Succès et limites de la gestion commune* [Recursos hídricos transfronteiriços da América do Norte: sucesso e limites da gestão conjunta], Centre d'études interaméricaines, mai. 2007, p. 2, Disponível em: http://www.cei.ulaval.ca/fileadmin/cej/documents/Actualite_des_relations_interamericaines/Articles_et_thematiques/Chroniques/CEI_CD_Eau_avr2007.pdf (Acesso em: 4 mar. 2010).

¹¹⁶ Frédéric LASSERRE, *op.cit.*, pp. 227-230.

¹¹⁷ OCDE, *op.cit.*, p. 19.

4.3.1.3 Infraestruturas

Em várias regiões do mundo, as infraestruturas de saneamento e distribuição de água potável estão num estado obsoleto bastante avançado. Esse obsoletismo de determinadas infraestruturas pode ser a causa de importantes desperdícios. Calcula-se que, de modo geral, nos países industrializados, 40% do volume total de água entregue nas redes é desperdiçada, e que nos países em desenvolvimento chegue a 50%¹¹⁸. Como uma parte dessa água desperdiçada passa anteriormente por processo de saneamento, os custos desse desperdício não são apenas ambientais. A diminuição das perdas implica, evidentemente, em importantes investimentos nas infraestruturas e no desenvolvimento de tecnologias mais eficazes.

Alguns Estados escolheram, com o decorrer dos anos, recorrer principalmente ao setor privado para investir na captação, saneamento ou distribuição da água potável. Essa solução representa algumas vantagens e também alguns inconvenientes, tanto em termos financeiros como políticos. O objetivo do presente documento não é privilegiar uma ou outra dessas escolhas. Entretanto, as necessidades de investimento é uma realidade tanto nos países industrializados como nos países em via de desenvolvimento.

A título de exemplo, calcula-se que para conquistar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) vinculado ao acesso à água potável de qualidade, que será essencial investir, no mundo todo, 18 bilhões de dólares americanos¹¹⁹ durante um ano. Esse valor é o dobro do que é gasto atualmente no mundo¹²⁰.

4.3.1.4 Gestão conciliada

A crescente escassez de água doce é a causa de vários litígios ou crises, tanto em âmbito local como internacional, na maioria das vezes desencadeados pelo fato que um utilizador decide atuar unilateralmente numa reserva d'água. Esse é o caso, por exemplo, de quando uma indústria localizada a montante decide explorar ou poluir um curso d'água já utilizado para fins domésticos por uma população estabelecida a jusante. Nos últimos anos, vários conflitos internos surgiram devido a esse tipo de situação em todos os continentes.

Há uns 40 anos, vários Estados norte-americano rumo a uma gestão integrada dos recursos hídricos, a fim de assegurar a perenidade desses recursos e evitar litígios entre os distintos utilizadores. Por um lado, a *Global Water Partnership* (Parceria Global da Água) define que esse tipo de gestão como “um processo que propicia o desenvolvimento e a gestão coordenada da água, das terras e dos recursos conexos com o propósito de maximizar de maneira equitativa o bem-estar econômico e social decorrente, sem no entanto comprometer a perenidade de ecossistemas vitais¹²¹. Por outro lado, a OCDE afirma que esse tipo de gestão é “uma abordagem global que visa conciliar necessidades divergentes por vias de negociações e que precisa haver inevitavelmente arbitragens entre os utilizadores dos distintos segmentos econômicos, e entre esses utilizadores e os imperativos sociais e ambientais¹²²”.

¹¹⁸ Frédéric LASSERRE, *op. cit.*, pp. 15-16.

¹¹⁹ A título indicativo, 18 bilhões de Dólares Americanos equivalem a 30 bilhões de Reais. Disponível em: <http://www.bankofcanada.ca/fr/taux/echange.html> (Acesso em: 19 oct. 2010).

¹²⁰ OCDE, *op. cit.*, p. 14.

¹²¹ PARTENARIAT MONDIAL DE L'EAU ET RÉSEAU INTERNATIONAL DES ORGANISMES DE BASSIN [PARCERIA MUNDIAL PARA A ÁGUA E REDE INTERNACIONAL DOS ORGANISMOS DE BACIA], *Manuel de gestion intégrée des ressources en eau par bassin*, 2009, p. 18, Disponível em: <http://www.oieau.fr/IMG/pdf/GWP-RIOBManuelDeGIREparBassin.pdf> (Acesso em: 5 mar. 2010).

¹²² OCDE, *op. cit.*, p. 14.

Os objetivos desses organismos são “mitigar os impactos das catástrofes naturais, fornecer água aos usuários produtivos (agricultura, indústria, energia, transporte, turismo, pesca, etc.) e também aos usuários sociais (saúde e serviços domésticos) e proteger o meio ambiente. Esses organismos devem, conseqüentemente, administrar conflitos entre distintos usuários”¹²³.

Nas Américas, existem alguns organismos que atuam no ramo da solução de controvérsias e, conseqüentemente, o Canadá e os Estados Unidos constituíram a Comissão Mista Internacional. Com essa mesma perspectiva, os Estados Unidos e o México decidiram deixar suas controvérsias aos cuidados da *International boundary and water commission* (Comissão Internacional de Limites e Águas); por fim, o *Conseil des gouverneurs des Grands Lacs* (Conselho de Governadores dos Grandes Lagos) reuniu os representantes dos 8 Estados americanos da região, além dos representantes de Quebec e Ontário. A missão desse organismo é atuar em concertação na área do desenvolvimento sustentável.

4.3.2 Problemáticas ambientais

4.3.2.1 Mudanças climáticas

Paralelamente à Conferência sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Barcelona em 2009, *UN-Water* alertou os líderes sobre o fato de que a água é o elemento principal através do qual as mudanças climáticas atuam nos ecossistemas do planeta. Conseqüentemente, a água exerce influência no bem-estar e inclusive até na existência das populações. Os efeitos das mudanças climáticas diretamente vinculados à água já são perceptíveis. Tanto as importantes baixas dos níveis das reservas d'água, as alterações na distribuição da água no território, as transformações das precipitações ou das estiagens, as mudanças climáticas exercem fortes impactos e, particularmente, nas populações mais desfavorecidas¹²⁴.

Com essa perspectiva, o *Groupe d'experts intergouvernemental sur l'évolution du climat (GIEC)* [Grupo Intergovernamental de Peritos sobre as Mudanças Climáticas] presume que o número de pessoas afetadas pela escassez de água causada das mudanças climáticas será de 12 a 81 milhões, em 2025, e de 79 a 178 milhões em 2055¹²⁵.

Segundo esse mesmo grupo, as mudanças climáticas provocam uma importante baixa das reservas de recursos hídricos na América do Norte. Além do mais, pode-se esperar por alterações na distribuição da água no território e mudanças nas precipitações. A dimensão das inundações e das estiagens obrigarão, então, os atuantes a reavaliarem seu modelo de agricultura e de produção de hidreletricidade¹²⁶. Na América do Sul, várias comunidades contam com geleiras para seu abastecimento em água. Se as geleiras derreterem por completo e mais rápido do que previsto, o futuro das populações de que delas dependem será realmente incerto. Esses são apenas alguns exemplos dos efeitos das mudanças climáticas.

Baseados nesses cenários, faz-se necessário um planejamento a longo prazo dos efeitos das mudanças climáticas na disponibilidade de água potável. Um dos meios para atenuar as conseqüências das mudanças climáticas seria efetuar uma revisão dos produtos cultivados, das infraestruturas de retenção e reservas d'água, assim como iniciativas para a diminuição do consumo de água.

¹²³ PARTENARIAT MONDIAL DE L'EAU ET RÉSEAU INTERNATIONAL DES ORGANISMES DE BASSIN [PARCERIA MUNDIAL PARA A ÁGUA E REDE INTERNACIONAL DOS ORGANISMOS DE BACIA], *op. cit.*, p. 6.

¹²⁴ UN-WATER, *Climate change adaptation is mainly about water...*, 2009, p. 1, Disponível em: http://www.unwater.org/downloads/UNWclimatechange_EN.pdf (Acesso em: 5 mar. 2010).

¹²⁵ ONU, *op. cit.*, p. 75.

¹²⁶ Catherine DROUIN, *op. cit.*, pp. 8-9.

4.3.2.2 Poluição

Além da sua escassez em determinadas regiões, a água está também ameaçada pela poluição. Vários países já adotaram leis visando proteger lagos, rios e lençóis freáticos contra efluentes industriais, agrícolas ou domésticos. A *Convention sur la protection et l'utilisation des cours d'eau transfrontaliers et lacs internationaux* realizada na Europa [Convenção sobre a Proteção e o uso dos Cursos D'água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais] (Helsinque, 1992) é o exemplo de um acordo internacional que possibilita a proteção da água contra a poluição. Nesse acordo estão implícitos princípios como o do poluidor-pagador e o de que “os recursos hídricos devem ser administrados de modo que satisfaçam às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”¹²⁷.

Na Argentina, por exemplo, a Lei nº 2797 proíbe o descarte de líquidos não tratados e declara interdito escoar águas residuais e resíduos industriais nocivos nos rios e afluentes, antes de tê-los passado por um processo eficiente de purificação. Na Costa Rica, o Regulamento de Criação do Canon Ambiental por Vertidos (Taxa Ambiental sobre Efluentes) fundamenta-se no princípio do “poluidor-pagador”. A multa é determinada em função do custo equivalente à retirada de cada quilograma de contaminante derramado, ou em função dos danos associados à contaminação hídrica. Em Quebec, a lei que reitera o caráter coletivo dos recursos hídricos e que visa fortalecer sua proteção tem por objetivo, entre outros aspectos, prevenir os danos causados aos recursos hídricos e possibilita que a Corregedoria Geral obrigue todo poluidor a restituir um dano ecológico ou indenizá-lo. Além do mais, essa lei atribui um caráter coletivo aos recursos hídricos quebequenses e reconhece o direito de cada indivíduo de ter acesso à água¹²⁸. Esses são apenas alguns exemplos de iniciativas tomadas pelos Estados das Américas.

Esses acordos ou convenções tornam-se cada vez mais necessários a fim de assegurar uma concreta proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos.

4.4 Eixos de intervenção e pistas de ação para os parlamentares

Várias ações podem ser tomadas com o propósito de preservar a qualidade da água e assegurar seu acesso à população e às futuras gerações. Seguem algumas pistas de ações ou possíveis eixos de intervenção que poderiam ser escolhidos pelos parlamentares, a fim de que os objetivos citados na presente seção sejam conquistados. Essa lista pode ser completada e aprimorada pelos parlamentares membros da COPA.

4.4.1 Âmbito de ação legislativa

Os parlamentares poderiam:

- Apoiar a elaboração de leis e políticas que atribuam um estatuto à água, visando assegurar a proteção desse recurso e respeitando os grandes princípios da gestão sustentável dos meios aquáticos, a restituição e a gestão por bacia vertente e governança¹²⁹.
- Adotar marcos legislativos de combate às mudanças climáticas e destinados à proteção do recurso e à restituição das margens e dos meios com grande cópia de água.

¹²⁷ PARTENARIAT MONDIAL DE L'EAU ET RÉSEAU INTERNATIONAL DES ORGANISMES DE BASSIN [PARCERIA MUNDIAL PARA A ÁGUA E REDE INTERNACIONAL DOS ORGANISMOS DE BACIA], *op.cit.*, p. 18.

¹²⁸ THE PARLIAMENTARIAN, « Third reading: Quebec », *The Parliamentarian*, Issue 3, 2009, p. 283.

¹²⁹ Alexandre BRUN, « Les objectifs, principes et éléments de débat » [Objetivos, princípios e elementos de debate] em Alexandre BRUN e Frédéric LASSERRE (direção), *Politiques de l'eau, grands principes et réalités sociales [Políticas da água, grandes princípios e realidades sociais]*, Presses de l'Université du Québec, 2006, p. 5.

- Zelar para que a utilização da água para fins comerciais seja proibida ou enquadrada.
- Zelar pela adoção de leis em prol do reconhecimento do direito de cada indivíduo de ter acesso à água potável, proteger os diferentes ecossistemas e reconhecer sua dependência da água.

4.4.2 Âmbito do controle do governo

Os parlamentares poderiam:

- Questionar os governos sobre o estado das infraestruturas de saneamento e de distribuição de recursos hídricos.
- Interpelar os governos sobre o respeito do direito e das convenções internacionais relativos à água.
- Zelar para que as necessidades da população na área de abastecimento de água potável sejam satisfeitas pelo governo.
- Interpelar os governos para que realizem melhorias e efetuem a construção de infraestruturas de saneamento, distribuição e reserva de água potável.
- Interpelar os governos para que incitem a criação e o financiamento de organismos de gestão ou de comissões integradas pelos principais utilizadores dos recursos hídricos.
- Zelar para que seja implantado um sistema de comunicação institucionalizado com os demais Estados cujo abastecimento é feito numa mesma bacia vertente transfronteiriça.
- Assegurar-se de que os governos implantem programas de vistoria e de correção de práticas agrícolas e industriais poluentes e possibilitar que os agricultores aprimorem seus sistemas de irrigação com o propósito de economizar água.

4.4.3 Âmbito da representação da população e da consideração das questões de interesse público

Enfim, os parlamentares poderiam:

- Promover a gestão integrada e conciliada dos recursos por bacias.
- Assegurar uma consulta sistemática da população das problemáticas relacionadas aos recursos hídricos.
- Incentivar a participação do público nas diversas instâncias de gestão da água.
- Favorecer a discussão e a conciliação com os setores agrícolas e industriais.
- Sensibilizar o público em relação às problemáticas vinculadas à água, daí a importância de reduzir seu consumo.
- Favorecer a pesquisa e a coleta de dados sobre o estado dos recursos hídricos.
- Fazer um inventário das situações potencialmente problemáticas relacionadas às mudanças climáticas.

CONCLUSÃO

Tendo tomado conhecimento desses quatro temas, dos objetivos propostos e das pistas de ação a esses associados, os parlamentares são, então, interpelados a fim de dar prosseguimento à reflexão e trabalhar conjuntamente para enfrentar esses grandes desafios vivenciados por todas as sociedades das Américas.

Nos próximos anos, esses temas serão o núcleo dos trabalhos da COPA. Trabalhar de maneira conciliada para a saúde das crianças, para a educação dos povos, para a defesa dos direitos das mulheres e para a preservação dos nossos recursos só poderá melhorar o bem-estar e as condições de vida dos cidadãos e, portanto, aproximar os eleitos de seus eleitores.

Como esses quatro grandes temas transcendem as fronteiras e envolvem todos os Estados do continente, um trabalho de colaboração constitui o caminho a ser seguido. Os parlamentares podem, então, prestar ajuda mútua, a fim de solucionar um problema em comum, inspirar-se das experiências vantajosas de seus colegas para encontrar soluções inovadoras para suas circunscrições, propor soluções elucidadas ou, simplesmente, divulgar seus conhecimentos sobre uma problemática social e vital para o desenvolvimento das sociedades.

Esse compromisso deve inserir-se na perspectiva de um objetivo em comum a todos os parlamentares da COPA, que consiste em colocar os cidadãos e as cidadãs como ponto central de nossas ações e desejar intensamente que todas as populações das Américas vivam melhor e realizem seu pleno potencial. Essa missão pode ser concretizada, graças a um trabalho enérgico de concertação e de colaboração de toda a América parlamentar para enfrentar os desafios além-fronteiras.

ANEXO 1

Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade por 1000 nascidos vivos¹³⁰

Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos por 1000 nascidos vivos					
Atualização: 14 jul. 2009					
País	1990	1995	2000	2005	2007
Antigua and Barbuda		21	15	12	11
Argentina	29	25	21	18	16
Bahamas	29	24	19	15	13
Barbados	17	15	13	12	12
Belize	43	32	29	26	25
Bolivia	125	105	84	65	57
Brasil	58	42	32	24	22
Canada	8	7	6	6	6
Chile	21	14	11	10	9
Colombia	35	31	26	22	20
Costa Rica	18	16	14	12	11
Cuba	13	10	8	7	7
Dominica	18	17	16	13	11
Ecuador	57	43	32	25	22
El Salvador	60	46	35	27	24
Grenada	37	33	26	21	19
Guatemala	82	64	53	43	39
Guyana	88	79	70	63	60
Haïti	152	141	109	84	76
Honduras	58	49	39	28	24
Jamaica	33	33	32	31	31
México	46	37	29	23	21
Nicaragua	68	53	43	37	35
Panamá	34	30	26	24	23
Paraguay	41	37	33	30	29
Perú	78	65	40	24	20
República Dominicana	66	45	37	37	38
Saint Lucia	21	22	16	18	18
Saint Kitts and Nevis	36	30	25	20	18
Saint Vincent and the Grenadines	22	22	24	19	19
Suriname	51	47	38	31	29
Trinidad and Tobago	34	34	34	35	35
United States of America	11	10	8	8	8
Uruguay	25	20	17	15	14
Venezuela	32	28	24	21	19

¹³⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Division Statistique des Nations Unies, *Indicateurs des Objectifs du millénaire pour le développement [Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)]*, 2009, Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx> (Acesso em: 18 jan. 2010).

ANEXO 2

Evolução da taxa de escolarização de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos nível secundário (11 anos de estudo) em certos países da América Latina¹³¹

País	Ano	Taxa de escolarização de pessoas com 25 a 49 anos de idade com pelo menos o segundo ciclo do secundário (%)	Taxa de escolarização de pessoas com 50 anos ou mais de idade com pelo menos o segundo ciclo do secundário (%)	Taxa de escolarização de pessoas com 25 ou mais anos de idade com pelo menos o segundo ciclo do secundário (%)
Argentina (apenas zonas urbanas)	2000	48,3	27,5	39,7
	2006	52,5	30,0	45,5
Bolívia	2000	34,8	19,0	30,0
	2005	40,5	19,1	33,2
Brasil	2001	37,7	19,4	31,9
	2006	38,7	27,9	34,5
Colômbia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	2006	45,1	21,8	36,9
Costa Rica	2000	29,8	14,6	25,2
	2005	35,8	20,7	30,9
Chile	2000	53,8	24,7	43,6
	2006	60,0	32,1	48,8
Ecuador	2001	38,8	17,4	31,8
	2006	41,5	19,7	33,2
El Salvador	2000	27,2	9,5	20,6
	2006	31,8	11,0	24,4
Guatemala	2001	13,7	5,2	11,0
	2006	15,7	8,3	13,3

¹³¹ SITEAL, *La escuela y los adolescentes, Informe sobre tendencias sociales y educativas en América Latina, 2008*, p. 166, 2008, Disponível em: <http://www.siteal.iipe-oei.org/informetendencias/downloads/2008/AnexoEstadistico.pdf> (Acesso em: 27 jan. 2010).

País	Ano	Taxa de escolarização de pessoas com 25 a 49 anos de idade com pelo menos o segundo ciclo do secundário (%)	Taxa de escolarização de pessoas com 50 anos ou mais de idade com pelo menos o segundo ciclo do secundário (%)	Taxa de escolarização de pessoas com 25 ou mais anos de idade com pelo menos o segundo ciclo do secundário (%)
Honduras	2001	17,2	8,7	14,3
	2006	18,4	8,9	15,4
México	2000	23,3	10,1	19,1
	2006	33,3	17,2	28,0
Nicaragua	2001	20,9	6,2	16,5
	2005	24,1	8,5	18,9
Panamá	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	2006	47,4	27,2	40,1
Paraguay	2000	28,3	10,7	22,6
	2006	29,3	14,4	24,0
Perú	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	2006	47,4	21,7	37,6
Uruguay	2001 (apenas zonas urbanas)	34,0	17,0	26,0
	2006	32,6	19,6	26,2

ANEXO 3
Investimento público em educação¹³²

País	Investimento público em educação (% do PIB) (último ano disponível)	Percentual de despesas do Estado em educação (%) (último ano disponível)
Antigua and Barbuda	3,9 (2002)	n.d.
Argentina	4,5 (2006)	14,0 (2006)
Bahamas	3,6 (2000)	16,0 (2000)
Barbados	6,7 (2008)	15,7 (2008)
Belize	5,1 (2007)	18,1 (2003)
Bolivia	6,3 (2006)	18,1 (2003)
Brasil	5,0 (2006)	16,2 (2006)
Canada	4,9 (2005)	12,5 (2001)
Chile	3,4 (2007)	18,2 (2007)
Colombia	3,9 (2008)	14,9 (2008)
Costa Rica	5,0 (2008)	22,8 (2008)
Cuba	13,3 (2007)	18,5 (2008)
Dominica	4,8 (2008)	11,3 (2008)
Ecuador	1,0 (2001)	n.d.
El Salvador	3,6 (2008)	13,1 (2007)
Grenada	5,2 (2003)	12,9 (2003)
Guatemala	3,0 (2007)	n.d.
Guayana	6,1 (2007)	12,5 (2007)
Haiti	n.d.	n.d.
Honduras	n.d.	n.d.
Jamaica	5,5 (2007)	8,8 (2005)
México	4,8 (2006)	25,6 (2004)
Nicaragua	3,1 (2003)	15,2 (2002)
Panamá	3,8 (2008)	18,0 (2008)
Paraguay	4,0 (2004)	10,0 (2004)
	2,5 (2007) faixa etária com 20 a 49 anos de idade,	
Perú	de mulheres de zonas urbanas, de 20 a 49 anos de idade ativas no mercado de trabalho	16,4 (2007)
República Dominicana	2,2 (2007)	11,0 (2007)
Saint Kitts and Nevis	9,9 (2005)	12,7 (2003)
Saint Lucia	6,3 (2008)	12,9 (2008)
Saint Vincent and the Grenadines	7,0 (2007)	16,1 (2005)
Suriname	n.d.	n.d.
Trinidad and Tobago	4,2 (2002)	13,4 (2001)
United States of America	5,7 (2006)	14,8 (2006)
Uruguay	2,8 (2006)	11,6 (2006)
Venezuela	3,7 (2007)	11,8 (2000)

¹³² INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA UNESCO, Tableau 19: Indicateurs des dépenses en éducation par niveau de la CITE [Quadro 19: Indicadores de despesas com educação por nível da CITE], UNESCO, 2010, Disponível em: <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx> (Acesso em: 30 mar. 2010).

ANEXO 4

Discrepância salarial das mulheres de zonas urbanas com 20 a 49 anos de idade, com carga horária de trabalho mínima de 35 horas por semana, comparada à dos homens¹³³

País	Ano	Discrepância salarial (%)
Argentina	1999	11,3
	2006	15,3
Bolívia	1999	20,6
	2007	21,9
Brasil	2001	25,4
	2008	22,0
Chile	2000	23,3
	2006	17,0
Colômbia	1999	13,1
	2005	11,1
Costa Rica	1999	15,1
	2008	11,2
El Salvador	2001	10,0
	2004	11,5
Ecuador	1999	7,7
	2008	6,7
Guatemala	2002	17,6
	2006	16,6
Honduras	1999	23,3
	2007	8,6
México	2000	28,3
	2008	18,5
Nicaragua	2001	17,0
	2005	11,7
Panamá	1999	11,6
	2007	9,5
Paraguai	2000	15,2
	2008	20,9
Perú	2001	18,1
	2008	28,8
República Dominicana	2002	13,4
	2008	23,9
Uruguay	1999	23,3
	2008	20,2
Venezuela	1999	8,0
	2008	5,2

¹³³ DIVISIÓN DE ESTADÍSTICA Y PROYECCIONES ECONÓMICAS, *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*, Table 1.7.1 *Relación de salarios entre los Géneros, según años de estudios aprobados*, 2009, Disponível em: http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2009/esp/default.asp (Acesso em: 16 fev. 2010).

ANEXO 5
Evolução de acesso sustentável à água saneada nas Américas por país (%)¹³⁴

País	Zona urbana		Zona rural		Total	
	1990	2004	1990	2004	1990	2004
Antigua and Barbuda	n.d.	95	n.d.	89	n.d.	91
Argentina	n.d.	98	n.d.	80	n.d.	96
Bahamas	98	98	75	86	90	97
Barbados	100	100	100	100	100	100
Belize	95	100	53	82	74	91
Bolivia	76	95	30	68	53	85
Brasil	95	96	61	57	87	90
Canada	n.d.	100	n.d.	99	n.d.	100
Chile	n.d.	100	n.d.	58	n.d.	95
Colombia	87	99	82	71	86	93
Costa Rica	n.d.	100	n.d.	92	n.d.	97
Cuba	100	95	91	78	98	91
Dominica	n.d.	100	n.d.	90	n.d.	97
Ecuador	63	97	44	89	55	94
El Salvador	87	94	15	70	47	84
Grenada	n.d.	97	n.d.	93	n.d.	95
Guatemala	92	99	43	92	62	95
Guyana	100	83	71	83	81	83
Haïti	56	52	35	56	41	54
Honduras	85	95	48	81	64	87
Jamaica	n.d.	98	n.d.	88	n.d.	93
México	94	100	n.d.	87	69	97
Nicaragua	n.d.	90	n.d.	63	n.d.	79
Panamá	n.d.	99	n.d.	79	n.d.	90
Paraguay	61	99	9	68	34	86
Perú	68	89	24	65	55	83
República Dominicana	82	97	45	91	67	95
Saint Kitts and Nevis	n.d.	99	n.d.	99	n.d.	100
Saint Lucia	n.d.	98	n.d.	98	n.d.	98
Saint Vincent and the Grenadines	n.d.	n.d.	n.d.	93	n.d.	n.d.
Suriname	n.d.	98	n.d.	73	n.d.	92
Trinidad and Tobago	100	92	88	88	96	91
United States of America	n.d.	100	n.d.	100	n.d.	100
Uruguay	100	100	n.d.	100	89	100
Venezuela	n.d.	85	36	70	n.d.	83

¹³⁴ Peter GLEICK, *The World's Water 2008-2009, The Biennial Report on freshwater Resources*, Island Press, Washington D.C., 2009, pp. 215-217, Disponível em: http://books.google.ca/books?id=wd-s1FB7VEC&printsec=frontcover&dq=Peter+Gleick,+biennial+report&source=bl&ots=Ex3FhKlqVM&sig=dgdEuzRG3iUBNisFsAxN3Gd5wmo&hl=fr&ei=y-aPS7ywFcOUtgedwcm5Cw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CBMQ6AEwAg#v=onepage&q=&f=false (Acesso em: 4 mar. 2010)

ANEXO 6
Recursos hídricos disponíveis por país e seus respectivos níveis de captação¹³⁵

País	Recursos disponíveis		Captação		
	Ano	Km ³ /ano	Ano	Captação total (km ³ /ano)	Captação per capita (m ³ /ano)
Antigua and Barbuda	2000	0,1	1990	0,0005	63
Argentina	2000	814	2000	29,19	753
Bahamas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Barbados	2003	0,1	2000	0,09	333
Belize	2000	18,6	2000	0,15	556
Bolivia	2000	622,5	2000	1,44	157
Brasil	2000	8 233	2000	59,3	318
Canada	1985	3 300	1996	44,72	1 386
Chile	2000	922	2000	12,55	770
Colombia	2000	2 132	2000	10,71	235
Costa Rica	2000	112,4	2000	2,68	619
Cuba	2000	38,1	2000	8,2	728
Dominica	n.d.	n.d.	1996	0,02	213
Ecuador	2000	432	2000	16,98	1 283
El Salvador	2001	25,2	2000	1,28	186
Grenada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Guatemala	2000	111,3	2000	2,01	160
Guyana	2000	241	2000	1,64	2 187
Haiti	2000	14,0	2000	0,99	116
Honduras	2000	95,9	2000	0,86	119
Jamaica	2000	9,4	2000	0,41	155
México	2000	457,2	2000	78,22	731
Nicaragua	2000	196,7	2000	1,3	237
Panamá	2000	148	2000	0,82	254
Paraguay	2000	336	2000	0,49	80
Perú	2000	1 913	2000	20,13	720
República Dominicana	2000	21,0	2000	3,39	381
Saint Kitts and Nevis	2000	0,2	n.d.	n.d.	n.d.
Saint Lucia	n.d.	n.d.	1997	0,01	81
Saint Vincent and the Grenadines	n.d.	n.d.	1995	0,01	83
Suriname	2003	122	2000	0,67	1 489
Trinidad and Tobago	2000	3,8	2000	0,31	237
United States of America	1985	3 069	2000	477	1 600
Uruguay	2000	139	2000	3,15	910
Venezuela	2000	1 233,2	2000	8,37	313

¹³⁵ Peter GLEICK, *op.cit.*, pp. 198 et 205-207.

ANEXO 7
Utilização da água doce nas Américas¹³⁶

País	Ano	Utilização doméstica (%)	Utilização industrial (%)	Utilização agrícola (%)
Antigua and Barbuda	2000	60	20	20
Argentina	2000	17	9	74
Bahamas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Barbados	2000	60	20	20
Belize	2000	7	73	20
Bolivia	2000	13	7	81
Brasil	2000	20	18	62
Canada	196	20	69	12
Chile	2000	11	25	64
Colombia	2000	50	4	46
Costa Rica	2000	29	17	53
Cuba	2000	19	12	69
Dominica	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Ecuador	2000	12	5	82
El Salvador	2000	25	16	80
Grenada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Guatemala	2000	6	13	2,01
Guyana	2000	2	1	98
Haiti	2000	5	1	94
Honduras	2000	8	12	80
Jamaica	2000	34	17	49
México	2000	17	5	77
Nicaragua	2000	15	2	83
Panamá	2000	67	5	28
Paraguay	2000	20	8	71
Perú	2000	8	10	82
República Dominicana	2000	32	2	66
Saint Kitts and Nevis	2000	0,2	n.d.	n.d.
Saint Lucia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Saint Vincent and the Grenadines	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Suriname	2000	4	3	93
Trinidad and Tobago	2000	68	26	6
United States of America	1985	13	46	41
Uruguay	2000	2	1	96
Venezuela	2000	6	7	47

¹³⁶ Peter GLEICK, *op. cit.* pp. 205-207.

ALGUMAS REFERÊNCIAS SOBRE:**MORTALIDADE INFANTIL****PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO**

Français: <http://www.undp.org/french/>

Español: <http://www.undp.org/spanish/>

English: <http://www.undp.org/>

THE WORLD BANK GROUP

Français: <http://www.banquemondiale.org/>

Español: <http://www.bancomundial.org/>

English: <http://www.worldbank.org/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

Français: <http://www.who.int/mdg/fr/index.html>

Español: <http://www.who.int/mdg/es/index.html>

English: <http://www.who.int/mdg/en/index.html>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

English & Español: <http://new.paho.org/>

UN MILLENIUM PROJECT

English: <http://www.unmillenniumproject.org/index.htm>

UNICEF

Français: <http://www.unicef.org/french/mdg/>

Español: <http://www.unicef.org/spanish/mdg/>

English: <http://www.unicef.org/mdg/>

SAVE THE CHILDREN

English: <http://www.savethechildren.org/>

COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Français: <http://www.eclac.cl/default.asp?idioma=FR>

Español: <http://www.eclac.cl/>

English: <http://www.eclac.cl/default.asp?idioma=IN>

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Français: <http://www.iadb.org/index.cfm?lang=fr>

Español: <http://www.iadb.org/index.cfm?lang=es>

English: <http://www.iadb.org/index.cfm?lang=en>

Português: <http://www.iadb.org/index.cfm?lang=pt>

EDUCAÇÃO**UNESCO****Escritório regional para educação (Chile)**Français: <http://www.unesco.org/new/fr/unesco/>Espanhol: <http://www.unesco.org/new/es/unesco/>English: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/>**INSTITUTO INTERNACIONAL DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO**Espanhol: <http://www.iipe-buenosaires.org.ar/>**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS ÍBEROAMERICANOS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA**Espanhol: <http://www.oei.es/index.php>Português: <http://www.oei.org.br/>**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE TENDÊNCIAS EDUCATIVAS NA AMÉRICA LATINA (SITEAL)**Espanhol: <http://www.siteal.iipe-oei.org/index.asp>**ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (OCDE)**Français: http://www.oecd.org/home/0,3305,fr_2649_201185_1_1_1_1_1,00.htmlEnglish: http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html**RED LATINOAMERICANA PORTALES EDUCATIVOS (RELPE)**Espanhol: <http://www.relpe.org/relpe/index.php>

DISCREPÂNCIAS SALARIAIS ENTRE GÊNEROS**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

Escritório regional para América Latina e Caribe:

Français: <http://www.ilo.org/global/lang--fr/index.htm>

Español: <http://www.ilo.org/global/lang--es/index.htm>

English: <http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS ÍBEROAMERICANOS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Escritórios distribuídos por territórios:

<http://www.oei.es/sedes.htm>

Español: <http://www.oei.es/index.php>

Português: <http://www.oei.org.br/>

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Français: <http://www.ipu.org/french/home.htm>

English: <http://www.ipu.org/english/home.htm>

COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPALC)

Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe

Français: <http://www.cepal.org/oig/default.asp?idioma=FR>

Español: <http://www.cepal.org/oig/>

English: <http://www.cepal.org/oig/default.asp?idioma=IN>

Português: <http://www.cepal.org/oig/default.asp?idioma=PR>

TRADE UNION CONFEDERATION OF THE AMERICAS (TUCA)

Français, español, english: <http://www.ituc-csi.org/>

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER (UNIFEM)

English: <http://www.unifem.org/>

NATIONAL COMMITTEE ON PAY EQUITY

English: <http://www.pay-equity.org/index.html>

INSTITUTE FOR WOMEN'S POLICY RESEARCH

English: <http://www.iwpr.org/index.cfm>

PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**UN-WATER**

unwater@un.org

English: <http://www.unwater.org/flashindex.html>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS

Français: http://www.fao.org/index_fr.htm

Español: http://www.fao.org/index_es.htm

English: <http://www.fao.org/>

WORLD RESOURCES INSTITUTE

English: <http://www.wri.org/>

INTERAMERICAN WATER RESOURCES NETWORK

iwrn.secretariat@gmail.com

Español: <http://www.iwrn.net/es/principal.html?pg=sitemap>

English: <http://www.iwrn.net/en/principal.html?pg=sitemap>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

Français: <http://www.unep.org/french/>

English: <http://www.unep.org/>

Português: http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php

**SECRETARIAT DU QUÉBEC
DE LA COPA**

1020, rue des Parlementaires, 6^e étage
Québec (Québec) CANADA G1A 1A3
Téléphone : 418 644-2888
Télécopieur : 1 418 643-1865
copa@assnat.qc.ca
www.copa.qc.ca

